

Democracia Socialista

Nesta edição

08 de março
marxismo
revolucion
ano século
XXI direitos
trabalhistas
previdência
neoliberalismo
contrarrevolução

R E V I S T A

Democracia Socialista

SÃO PAULO, MAIO DE 2017

Revista Democracia Socialista é uma publicação da Democracia Socialista (DS), tendência interna do Partido dos Trabalhadores

 Esta revista está licenciado por Creative Commons – Atribuição Uso Não Comercial

Editores

Joaquim Soriano e Gustavo Codas

Coordenação editorial

Marisa S. Mello

Grupo de trabalho editorial

Clarice Paradise

Claudio Puty

Elmano Freitas

João Gabriel

Juarez Guimarães

Marilane Teixeira

Nalu Faria

Raul Pont

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

Gráfica

Pigma Gráfica Editora

Tiragem

2.000 exemplares

www.democraciasocialista.org.br

Coordenação Nacional da DS

Álvaro Alencar

Ana Julia Carepa

Anderson Campos

Andrea Butto

Arlete Sampaio

Balbina Rodrigues

Bernardo Cotrim

Beto Bastos

Birá

Bismarque

Carlos H. Árabe

Carlos Pestana

Chris Rondon

Cícero Lourenço

Cirilo Mota

Clarissa Cunha

Claudio Puty

Clédisson Junior

Dandara Tonantzin

Daniel Gaio

Elaine Cristina

Eleonora da Silva

Eliane Silveira

Eneida Nascimento

Estevão Cruz

Eulália Nascimento

Everaldo Fernandez

Fabíola Paulino

Gabriel Magno

Gabriel Medina

Gerusa Bittencourt

Gilberto Neves

Gino César

Girlene Lázaro

Gustavo Codas

Henrique Pulga

Iris de Carvalho

Isabelle Azevedo

Isolda Dantas

Joaquim Soriano

Josete Dubiaski

Juarez Guimarães

Karol Cavalcante

Lays Gonçalves

Lea Marques

Lucio Costa

Luizianne Lins

Marcelo Fragozo

Margarida Salomão

Marisa Mello

Marlei Fernandes

Mauro Rezende

Miguel Rossetto,

Arno Augustin

Mirelly Cardoso

Nalu Faria

Natanael Coutinho

Pepe Vargas

Quêner Chaves

Rafael Freire

Raimunda Lucineide

Raimundo Ângelo

Raul Pont

Ricardo Ramos

Rosana Sousa

Rosane Silva

Samira Sanches

Shirlei Nascimento

Sofia Cavedon

Tatau Godinho

Taumaturgo Lima

Ticiana Studart

Revista Democracia Socialista

São Paulo, Associação Caetés,

Número 5, Maio de 2016

ISSN 2317-577X

SUMÁRIO

5

APRESENTAÇÃO

9

CONJUNTURA INTERNACIONAL.

A PROPÓSITO DA GRANDE BIFURCAÇÃO.
PARA ACABAR COM O NEOLIBERALISMO

UMA ENTREVISTA DE BRUNO TIEL COM GÉRARD DUMÉNIL E DOMINIQUE LÉVY

27

DONALD TRUMP E A CLASSE TRABALHADORA –
NEM TUDO É O QUE PARECE

REGINALDO MORAES

43

CONJUNTURA NACIONAL

A DINÂMICA DA CONTRA-REVOLUÇÃO NEOLIBERAL

JUAREZ GUIMARÃES

51

A DESINTEGRAÇÃO SOCIAL:

DESMONTE DA PREVIDÊNCIA, DO MERCADO
DE TRABALHO E DOS DIREITOS TRABALHISTAS

MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA

67

SEM A CUT O SUS NÃO SE SALVARÁ

RONALDO TEODORO

81

INTERNACIONALISMO

PARA UM MARXISMO REVOLUCIONÁRIO NO SÉCULO XXI

BENSAID NA LEMBRANÇA DO MORO

95

MULHERES

HISTÓRIA DO 08 DE MARÇO,

DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES

NALU FARIA

107

CULTURA

PROCURA-SE UM TOLSTÓI

GUILHERME CASSEL

APRESENTAÇÃO

Esta edição da revista **Democracia Socialista** é publicada em um momento em que a esquerda brasileira define rumos históricos no seio do Partido dos Trabalhadores, dentro de uma conjuntura em que a crise deflagrada dentro do governo golpista e o bloco político que o apóia recoloca com ainda mais atualidade e força as bandeiras de **FORA TEMER! ELEIÇÕES DIRETAS JÁ! PELA RETIRADA IMEDIATA DAS REFORMAS NEOLIBERAIS!** Nesse contexto o que está em jogo é afirmar o PT como uma ferramenta de mudanças estruturais nas mãos da classe trabalhadora. É uma nova candidatura Lula à Presidência do Brasil que supere os problemas que resultaram no golpe de Estado que derrubou a presidenta Dilma Rousseff. São desafios que cobram respostas do 6º Congresso do Partido.

Para contribuir para esses debates, este número da revista traz um conjunto de textos que analisam o atual estágio da luta de classes no mundo e no Brasil. Em uma entrevis-

ta a **Gérard Duménil** e **Dominique Lévy** sobre seu recente livro *A grande bifurcação. Para acabar com o neoliberalismo*, aborda-se a crise do capitalismo e as saídas, à direita e à esquerda. Esses economistas marxistas franceses apontam para a necessidade de uma atualização programática da esquerda se o desejo for o de superar o neoliberalismo. E indicam algumas pistas nesse sentido.

No segundo artigo, **Reginaldo Moraes** destrincha o “fenômeno” Donald Trump e sua relação com a classe trabalhadora dos EUA. O que sua análise mostra é como os neoconservadores conseguiram essa espetacular vitória graças à desmoralização de um progressismo – representado pela candidatura de Hillary Clinton – diluído no neoliberalismo e às estratégias de desmobilização de setores cada vez mais amplos da população. Os avanços neoconservadores têm sido proporcionais à covardia histórica desse progressismo cada vez mais desfigurado.

Em seguida, **Juarez Guimarães** analisa a conjuntura brasileira como expressão de uma “contrarrevolução neoliberal”. Com esse conceito, busca designar a profundidade e a amplitude da ofensiva da direita brasileira. Assim, o golpe de Estado de 2016 assume feições diferentes às de um evento marcado pela desfaçatez dos seus principais impulsionadores para adquirir os traços de uma disputa histórica na qual a esquerda sofreu uma derrota estratégica. Novamente, superar essa conjuntura não será possível com mais do mesmo que nos conduziu ao beco de 2015-16. Esse é um debate que está em curso no Partido dos Trabalhadores.

Os dois artigos seguintes dão conta de dimensões-chave da luta de classes. **Marilane Teixeira** repassa as principais medidas que o bloco golpista governante impulsiona contra a previdência social e os direitos trabalhistas. Foi em torno desses temas que a classe trabalhadora travou uma batalha importante na greve geral de 28 de abril passado. A defesa de conquistas será parte fundamental de um programa de esquerdas

para o próximo período. E **Ronaldo Teodoro** mostra o papel insubstituível que o sindicalismo cutista tem na luta em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), cujo desmonte é parte da agenda reacionária da direita.

Para o marxismo revolucionário, o qual reivindicamos, sem teoria revolucionária não há prática revolucionária. Por isso consideramos de interesse para nossa militância publicar a transcrição de uma conferência que **Miguel Romero** (“**Moro**”) ditou sobre o legado teórico-político de **Daniel Bensaïd**. Ambos os dirigentes políticos revolucionários europeus foram importantes interlocutores da nossa corrente para elaborarmos um marxismo crítico e aberto. Ao lembrar Bensaïd, Moro nos entrega um roteiro de questões teóricas fundamentais para construir um marxismo revolucionário para o século XXI.

No artigo que recupera a história do 8 de março como Dia Internacional da Mulher, **Nalu Faria** faz um resgate dos vínculos históricos e atuais entre a luta feminista e o movimento operário e socialista. Na conjuntura brasileira recente, a mobilização feminista das mulheres tem sido fundamental para enfrentar a onda reacionária que as forças da direita têm desatado. Este artigo mostra que o feminismo somente mostrará todo seu potencial se estiver fortemente ligado às lutas da classe trabalhadora pelo socialismo, mas isso somente será possível se o próprio movimento socialista assumir definitivamente o feminismo.

Encerrando nossa revista, **Guilherme Cassel** chama a atenção para o fato de que, na conjuntura atual brasileira, falta uma literatura que reflita o contexto social e o povo que sofre e luta. Se os personagens da Revolução Russa estão sobretudo em Tolstói, antes que nos textos políticos dos revolucionários que a conduziram, ele pergunta onde estão retratados os tipos humanos que pululam nos dramas de nosso tempo.

ERRATA REVISTA 4. No artigo de Arno Augustin Filho, Os fatos são teimosos, ficou faltando o seguinte crédito: Agradeço ao economista Jorge Maia Ussan, amigo que elaborou e gentilmente cedeu-me os gráficos ilustrativos.

A PROPÓSITO DA GRANDE BIFURCAÇÃO. PARA ACABAR COM O NEOLIBERALISMO

CLAUDIO PUTY

UMA ENTREVISTA DE BRUNO TIEL
COM GÉRARD DUMÉNIL E DOMINIQUE LÉVY

Apresentamos aos nossos leitores uma entrevista, inédita em português, com Gérard Duménil e Dominique Lévy originalmente concedida a Bruno Tinel, professor da Universidade de Paris-Sorbonne, e complementada com questões de nossa equipe editorial. Ela aborda as questões levantadas em seu mais recente livro, chamado a Grande Bifurcação (La grande Bifurcation. Editora La Découverte, França, 2014).

O livro retoma e aprofunda as inquietações presentes no artigo “Neoliberalismo e sua Crise”, publicado no número 2 desta revista, particularmente as que se referem as trajetórias possíveis que apresentam ao capitalismo neste momento de crise estrutural prolongada e de transformações do próprio neoliberalismo. A Grande Bifurcação, para os autores, é a imagem das distintas possibilidades históricas possíveis, à direita e à esquerda, que dependendo dos rumos da luta de classes, gerarão uma nova ordem social, particularmente nos países do centro do capitalismo.

CLAUDIO PUTY

Ph.D em economia (New School for Social Research). Professor da Faculdade de economia da UFPA. Deputado Federal (2011-2015), Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento (2015) e Secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Previdência (2015-2016). Membro do DN do PT

GÉRARD DUMÉNIL

Economista francês, é um dos mais reconhecidos estudiosos sobre o neoliberalismo no mundo. Foi diretor de pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique, na Universidade de Paris X, Nanterre, onde atualmente leciona.

DOMINIQUE LÉVY

Dominique Lévy é diretor de investigações no CEPREMAP e autor de numerosos estudos sobre economia capitalista e imperialismo.

1. Arabe, Carlos Henrique. Introdução: o Neoliberalismo e sua Crise. Revista Democracia Socialista. No. 2. Pgs. 165-66.

2. "Cadres", para os franceses, é uma categoria que se refere aos quadros superiores de grandes empresas; executivos; assalariados superiores; responsáveis pela administração das empresas e também aparelhos do Estado.

Quando do lançamento do livro, o Brexit e a recente e surpreendente eleição de Trump ainda não haviam acontecido, o que, reforça a tese central dos autores, e uma crise de hegemonia do poder das finanças que prenuncia a abertura de portas para a retomada dos caminhos do progresso social e o enorme risco de aprofundamento de saídas da crise hegemônica do neoliberalismo em versões ainda mais excludentes, concentradoras de renda e, portanto, antidemocráticas.

As imagens da bifurcação recobram a máxima *Socialismo ou Barbárie* de Rosa Luxemburgo em alguns sentidos preciosos para a nossa tradição política, seja ela da valorização das possibilidades da luta política concreta em contraposição às várias formas de determinismo econômico, seja pela desconfiança das ilusões iluministas de progresso.

Duménil e Levy muitas vezes nos provocaram perplexidade e dúvida por conta de sua sociologia do capitalismo contemporâneo¹. Há uma grande valorização nas suas análises da dinâmica fundamental da dinâmica da luta de classes de um contrato social estabelecido ente as classes capitalistas e uma classe de gerentes, e que uma das tarefas políticas fundamentais seria inclusive deslocá-la, mesmo em sua heterogeneidade, para uma aliança cooperativa com as classes populares. Há de se reconhecer, entretanto, o mérito de terem trazido à baila a importante dimensão institucional da ordem social e, no mínimo a necessidade de uma radiografia atualizada das características do Estado tecnoburocrático, suas relações com o capital financeiro, e sua simbiose em instituições paraestatais na determinação de uma Vontade Geral hierárquica. Na produção intelectual de tradição marxista, essa agenda foi amplamente secundarizada com um certo ocaso da pesquisa sobre o Estado Burguês e, particularmente dentre os economistas da mesma tradição, uma tentativa em integrar a análise das instituições em um arcabouço teórico contraposto à análise baseada em estrutu-

ras profundas de acumulação – aquilo que os Clássicos chamavam de Leis.

Apesar do avanço da barbárie capitalista, o trabalho de Dumenil e Levy atualiza a teoria, apresenta sólida evidências empírica, busca mediações histórica e propõe elementos para a construção de alternativas políticas. Motivos mais que suficientes para alimentarmos nossa fome de otimismo.

Apesar da amplitude da crise, tudo parece hoje estar bloqueado no sentido de um aprofundamento do neoliberalismo. Para vocês, a partida então não estaria perdida e nem definitivamente jogada em uma situação de desvantagem para o progresso social? A história se abriria ainda sobre bifurcações?

A característica de uma bifurcação é que, ao menos, duas vias existem. Uma das duas vias é aquela do processo das dominações sociais sem distribuição cujo neoliberalismo acentuou e reafirmou no começo dos anos 1980. O livro luta contra a tese *thatcheriana* do “não existe alternativa”. Uma outra via é aberta à esquerda. Nós não afirmamos evidentemente que um movimento se desenha hoje nessa direção, mas defendemos que uma ordem social de progresso é possível. Ela está para ser conquistada, é o que sugere o subtítulo. Se é preciso evitar o otimismo complacente, é necessário também nos afastarmos dos argumentos de *irrealismo*. Do ponto de vista das primeiras décadas posteriores à segunda guerra mundial, o que o neoliberalismo realizou era dificilmente concebível e ainda assim, “eles” o fizeram. De maneira geral, é preciso interiorizar a ideia de que o capitalismo neoliberal não é o fim da história. O capitalismo continua a se transformar. A principal transformação se refere

a sua estrutura de classe. Nós defendemos a tese de uma estrutura de três polos do capitalismo contemporâneo: capitalistas, os gerentes executivos/administrativos² e as classes populares de trabalhadores e empregados. O “grande golpe” das classes capitalistas no neoliberalismo foi de ter conseguido associar os gerentes executivos à grande empreitada de restauração de seus próprios poderes e rendimentos. Que os executivos financeiros tenham entrado na dança não é surpreendente, mas que os quadros técnicos e administrativos tenham se juntado ao movimento é mais impressionante. Mesmo os quadros de profissões intelectuais e artísticas, majoritariamente, seguiram o passo. À violência das práticas neoliberais em matéria de política econômica e de gestão se junta assim uma grande onda de devastação ideológica e que faz parecer irrealizável todo projeto de “bifurcação” em direção a outros caminhos. Esses quadros profissionais, ao mudarem de lado, condenaram as utopias.

O último capítulo do livro, consagrado ao “político”, *aqui e agora*, gira todo em torno da exigência da dissolução dessa aliança no topo das hierarquias sociais e do reestabelecimento de um compromisso “à esquerda” entre as classes populares e as classes administrativas/gerenciais/executivas tal qual aquele que animou as dinâmicas econômicas e políticas do pós-guerra. Abordar essa bifurcação no “bom sentido”, quer dizer, no sentido da esquerda, é reestabelecer uma tal configuração de aliança. Mas se trata, evidentemente, de um primeiro passo, porque os erros do compromisso do pós-guerra não podem ser repetidos, aqueles que justamente conduziram à degeneração dessa ordem social até o neoliberalismo, ao invés de sua superação para além das lógicas capitalistas – ou terem concretizado, em outros contextos, o fechamento de outros caminhos que supostamente levariam ao socialismo.

Se a “grande bifurcação” define bem as opções alternativas de direita e de esquerda, cada uma de suas ramificações

possui suas modalidades. À direita, o neoliberalismo encontra-se tomado pelas suas próprias contradições, na qual a crise permanente nos Estados Unidos e na Europa é uma das suas manifestações. Desenha-se desde já os traços de uma nova ordem social, à direita, na qual os poderes dos quadros administrativos/executivos dos setores privados e públicos estariam fortalecidos e a liderança das classes capitalistas se desenvolveria. Fazendo um jogo de palavras, nós chamamos de “neogerencialismo”³. As empresas não seriam mais plenamente submissas aos critérios dos mercados de ações, a produção seria, em parte, realocada para o território nacional, as políticas econômicas seriam orientadas no sentido de interromper a erosão da hegemonia dos velhos centros. Algumas dessas transformações já foram iniciadas nos Estados Unidos, tendendo a um “neoliberalismo administrado”, isto é, um neoliberalismo que é cada vez menos liberal, uma forma preliminar de neogerencialismo. Essas dinâmicas intervencionistas e industrialistas não haviam desaparecido completamente na Europa, especialmente na Alemanha, e apesar da loucura da financeirização em países como a França ou a Espanha elas esperam serem ressuscitadas ainda.

À esquerda também, não existe apenas uma modalidade. Um reavivamento de tais dinâmicas seria igualmente confrontado com suas contradições, sobretudo aquelas decorrentes da natureza dessa aliança entre classes diferentes – as classes populares e as classes gerenciais – e não uma aliança entre componentes de uma suposta mesma grande classe de assalariados. Em uma aliança desse tipo, entre classes distintas, a prática da democracia é um exercício de constante equilíbrio no qual não é permitido nenhum descanso da luta das classes populares, mais ainda quando se deseja fazer um salto em direção às sociedades de progresso e mais avançadas.

Portanto, nove anos depois da eclosão da crise em 2008, o neoliberalismo não é mais o mesmo. Considerando o esque-

3. No original, “néomanagérialisme”.

ma explicativo do livro, essa nova ordem social à direita em gestação representa que mudança fundamental no neoliberalismo?

Quando se fala de neoliberalismo é preciso marcar bem a diferença entre sua natureza de classe e seus métodos. O neoliberalismo é uma ordem social baseada na aliança entre as classes capitalistas e as classes gerenciais-executivas. Essa aliança à direita substituiu a aliança à esquerda que prevaleceu durante as primeiras décadas posteriores à segunda guerra mundial entre as classes gerenciais e as classes populares. A aliança à direita trabalha a favor dos interesses das classes superiores.

Os métodos do neoliberalismo são a mundialização e a financeirização fundadas na desregulamentação, a transformação radical da gestão das empresas, a luta contra a inflação e a criação de uma reserva de mão de obra de baixo custo e sem proteção (ainda que, por outro lado, haja a explosão dos altos salários). Tudo que limitava a ação à favor das classes superiores durante a ordem social do pós-guerra foi eliminado.

Desde a crise de 2007-2008, os objetivos de classe do neoliberalismo não foram modificados. O que mudou são os métodos, principalmente algumas regulamentações financeiras como o “Dodd-Frank Act” e as novas políticas macroeconômicas ditas “não-convencionais”, quer dizer, uma intervenção bastante forte do banco central no tratamento da crise pela compra de uma massa de títulos. A outra dimensão da mudança amplia tendências já existentes motivadas pela consciência do declínio da hegemonia mundial norte-americana (o que o livro chama de “o fator nacional”). Podemos citar o protecionismo camuflado, as políticas energéticas, e as políticas industriais que visam a relocalização das indústrias de armamento. Agregamos a isso a luta contra os paraísos fiscais cujo objetivo é a recuperação das receitas fiscais. Essa é a única medida que vai de encon-

tro aos interesses das classes superiores. Ela expressa o conflito entre os interesses de classe e os interesses imperialistas (que também é de classe em uma temporalidade mais longa)

O quadro institucional europeu é compartilhado por inúmeros países que o construíram progressivamente durante seis décadas de modo a garantir sua integração econômica; Não obstante as economias nacionais que os compõem parecem ser hoje afetadas de formas muito diferentes pela crise, especialmente mais severa nos países do sul. O que vocês pensam disso?

Na análise da situação atual da Europa, é preciso distinguir as características próprias do projeto original de construção europeia e as transformações neoliberais. O tratado de Roma refletia as opções do compromisso social do pós-guerra. A escolha era feita a partir da oposição economia de mercado *versus* a planificação burocrática de tipo soviético, mas o tratado ratificava as características intervencionistas das economias da época, incluindo a planificação *à la francesa*. As fronteiras econômicas nacionais estavam ampliadas até àquelas da Comunidade. Mesmo a ideia de um “mercado comum” implicava o livre comércio interno mas permitia proteções em relação ao resto do mundo; mais explicitamente, os movimentos do capital deviam ser liberados no seio da Comunidade mas podiam ser preservados face ao exterior. Essas condições faziam dos países menos avançados do sul da Europa os destinatários privilegiados dos investimentos dos países mais avançados. A progressão gradual das reformas neoliberais e a “revolução” do mesmo nome no início dos anos 1980 modificaram profundamente essa primeira configuração (mesmo antes da entrada de um país como a Espanha na Comunidade). O tratado de Maastricht de 1992 é emblemático dessa virada: dissolução do mercado comum no livre mercado mundial e a liberação da circulação de capital também no plano mun-

dial. O que restaria então do projeto original, face à imposição dos novos critérios de gestão e as políticas neoliberais na Europa?

Países como Espanha ou Grécia experimentaram, no contexto da construção europeia, taxas de crescimento mais elevadas do que a França ou Alemanha e foi assim até a crise de 2008. Do ponto de vista do crescimento, não se observou nenhuma ruptura nos ciclos que vieram logo em seguida à criação do Euro e nem nenhum enfraquecimento antes da crise. Um país como a Espanha – do qual o livro se dedica particularmente – onde a indústria representa uma parte das atividades totais superior a da França, estava envolto em uma rápida mutação econômica. Nesse país, coexistiam um setor dinâmico e um setor menos competitivo. Esse, deveria ter desaparecido ou ter se modernizado gradualmente, mas o choque da crise o golpeou com brutalidade. A eliminação desse setor se efetua na crise com uma extrema violência, com falências e demissões em massa, enquanto que o setor avançado permanece forte, especialmente em matéria de exportação. Isso não significa que tudo ia bem na Espanha antes da crise; conhece-se notadamente os níveis de inflação bastante elevados. Apesar dos fundos europeus, as novas regras neoliberais interditavam as políticas industriais fortes que deveriam ter acompanhado essa mutação – e que eram absolutamente necessárias – assim como o apoio da atividade econômica em oposição às políticas de austeridade. Mas a Espanha, particularmente, estava comprometida com as vias insanas da financeirização neoliberal, evidenciada na bolha imobiliária e no crescimento da dívida dos setores privados – nos lares e empresas – e não do Estado. O peso desse endividamento mostra-se agora considerável, em uma configuração similar àque-la vigente nos Estados Unidos.

Mas a grande “heterogeneidade” a qual analisa o livro, também refletida nos níveis de severidade da crise, está justamente entre a Alemanha e a França.

De que maneira podemos considerar que a estratégia para se inserir no neoliberalismo adotada pelas classes dominantes na França é um fracasso? Em que medida a Alemanha, por sua parte, rejeitou o neoliberalismo e qual foi a contrapartida? É desejável para os trabalhadores tentar reproduzir essa estratégia em outros países?

É preciso partir das dinâmicas industriais. A Alemanha é um grande país industrial. Em 2012, a participação da indústria no PIB alemão era de 26%, contra 13% na França. No entanto, quando se estuda o crescimento da indústria nos dois países, observa-se evoluções bem paralelas até a metade dos anos 2000. A diferença se produziu há uma década. Quando o excedente do comércio exterior alemão se recuperava nos anos 2000, a França experimentava déficits importantes. Quando eclode a crise em 2008, a indústria francesa afunda permanentemente e então se estabiliza em um nível baixo, ao passo que a contração continuasse, na Espanha e na Grécia e que a indústria alemã se erguia. “Alguns fatos” aconteceu então na França nos anos 2000 cuja natureza ainda nos falta determinar

Pode-se invocar o aumento comparativo do custo do trabalho na França desde meados dos anos 1990 e as políticas antipopulares alemãs em benefício dos empregadores. Do nosso ponto de vista, a principal fonte da diferença se situa, no entanto, nas trajetórias distintas dos dois países, quer dizer, em um plano bem mais fundamental. A Alemanha permaneceu relativamente imune às tendências de financeirização neoliberal. O caso desse país é exemplar a propósito do fato da sobrevivência das estruturas herdadas do pós-guerra, aquelas do “capitalismo Rhénan⁴”, ainda que renovadas. Nos parece que uma parte do sistema produtivo preserva lá uma grande autonomia em relação à finança: os mercados não governam tudo. Estudos falam de estruturas “gerencialistas-industrialistas”. Algumas características similares sobrevivem na França mas em menor im-

4. Modelo de organização capitalista frequentemente relacionado ao capitalismo alemão. Segundo Michel Albert, o economista que popularizou essa designação, o capitalismo rhénan priorizaria o capital industrial e estabeleceria uma “economia social de mercado” combinando uma maior regulação do mercado com políticas sociais.

portância. Sobretudo, os sucessivos governos, na mesma lógica que conduziu ao Maastricht, levaram a cabo, desde os anos 1990, um vasto programa de reformas do setor financeiro herdado do pós-guerra (majoritariamente público ou mutualista), a expressão de um processo de financeirização de grande amplitude. Essas iniciativas levaram à catástrofe e talvez mesmo ao escândalo (basta pensar no Crédit lyonnais, no Natixis ou no Dexia para se convencer). Essas diferenças de estratégia entre Alemanha e França são também expressas na condução dos investimentos estrangeiros, bastante industriais e voltados ao leste europeu para a Alemanha, e, no caso da França, investimentos financeiros feitos a torto e a direito.

As diferenças são tais que podemos mesmo nos interrogar sobre a pertinência da caracterização da Alemanha como de sociedade e economia neoliberais. Nós defendemos a tese de uma forma híbrida. A Alemanha é em parte neoliberal e, em parte, não é. Falar de uma forma híbrida exige a especificação de ao menos dois aspectos. Um é claramente neoliberal, o outro corresponde ao que nós definimos como “neogerencialismo”. As regras disciplinares “de mercado” impondo aos gestores unicamente os critérios dos proprietários, são, como dissemos, menos estabelecidas na Europa do que no mundo anglo-saxão, mas podemos acrescentar aqui: “sobretudo na Alemanha”.

O neogerencialismo é assim parcialmente novo, como indica o prefixo, mas também a continuidade de certos traços institucionais herdados do pós-guerra. É preciso salientar, que o neogerencialismo expressa uma ordem social *de direita*. Ainda assim, na Alemanha os governos não tentaram construir castelos de cartas financeiros fadados ao colapso como na França, e uma grande parte das empresas seguiram estratégias industriais.

As classes populares teriam interesse na generalização de tais orientações? Em uma ordem social neogerencial, a

aliança permanece fundada entre as classes capitalistas e as classes dos quadros gerenciais e administrativos. Do ponto de vista das classes populares, as direitas se assemelham. A preservação do emprego foi caramente paga na Alemanha pela diminuição do poder de compra e da proteção social, como também pela multiplicação dos trabalhos precários. Podemos então duvidar do interesse do neogerencialismo diante das classes populares

Como avaliam o impacto do programa de Trump? Aparentemente a defesa de plano de retomada de investimentos parece vir acompanhada de um fechamento nacional. Isso iria contra um dos pilares da ordem neoliberal, qual seja, a hegemonia dos EUA na globalização?

Os governos de Clinton e Obama serviram aos interesses das classes superiores tal como está expresso nas instituições que o livro descreve no capítulo 7 (as redes da propriedade e da gestão típicas do capitalismo gerencial em sua fase neoliberal). Se Hillary Clinton tivesse sido eleita, ela seguiria com esses mesmos objetivos.

Donald Trump não pertence a esse mundo. Ele expressa esse mundo de multimilionários que não são os pilares dessas grandes redes da propriedade e da gestão. Ainda que Clinton-Obama refletissem as políticas que serviam plenamente aos interesses das classes superiores, essas políticas não eram exatamente « reacionárias » no sentido original do termo, uma vez que elas jogavam a história pra frente, mesmo que em direções que nós recusamos categoricamente : o avanço das grandes instituições do capitalismo gerencial neoliberal levando em conta sua dimensão imperialista que nós descrevemos no livro.

Com Trump, nós vemos o aparecimento de políticas retrógradas. Julgadas desde o ponto de vista anterior (das instituições do capitalismo gerencial neoliberal) elas podem

parecer incoerentes. Trump detesta toda intervenção do Estado nos mecanismos financeiros e desregulamenta as finanças, o que pode trazer consequências catastróficas, mas sua ação foi bem recebida pelo mercado de ações suscitando o entusiasmo das frações retrógradas das classes capitalistas – frações as quais ele mesmo pertence – e que correram em direção ao mercado de ações. Isso será efêmero. Por outro lado, Trump limita o livre comércio, o que é incompatível com o funcionamento do mesmo sistema de instituições do capitalismo gerencial neoliberal descrito acima. Desde aí surgem os rangidos que já começamos a sentir. A reação do exército será ambígua porque a nova política está em consonância com a realocização da produção desejada, ainda que os impulsos de contingência contradizem as ambições hegemônicas internacionais.

Vai levar um tempo, e um mandato presidencial não é tão longo assim, mas as relações de produção e as relações de classe que estavam mais ocultadas irão, eu acredito, ter um papel mais relevante agora.

E como a China se situa dentro desse processo mundial de mudanças?

A China continua seu caminho de edificação do capitalismo, sem que se saiba exatamente sua configuração precisa. Na China também é importante distinguir entre os objetivos de classe e os métodos. Para as classes superiores, tudo vai bem: as desigualdades crescem em uma rapidez impressionante a seu favor. Thomas Piketty defende que os graus de desigualdade europeus (do continente, sem o Reino Unido) foram ultrapassados por eles e que a sociedade chinesa vai em direção a níveis de desigualdade de tipo anglo-saxônico. Os métodos são o dirigismo, por isso é errado falar de neoliberalismo. Eu acredito que a questão da via que vai se afirmar não está ainda resolvida : um capitalismo dirigido como atualmente ou um do tipo neoliberal.

Qual o balanço do ciclo de governos progressistas na América Latina? Há espaço para a sua continuidade ou retomada na dinâmica de mudanças mundiais a partir da crise do neoliberalismo?

Você que tem que responder essa pergunta. Se você quer conhecer minha opinião: eu sou pessimista. Eu creio que o deslizamento à direita na Europa é também muito preocupante e que a Europa está à beira da desintegração. Especialmente na França, nós podemos já enxergar o avanço do populismo de extrema direita e o da esquerda radical. Vai levar muito tempo....

O que seria preciso fazer então para nos reconectar com a possibilidade de melhoria no destino das pessoas? O espaço nacional é insuficiente para isso? O que poderia, ao contrário, proporcionar uma alavanca para um novo compromisso de classe em âmbito europeu ou essa escala (nacional) não é mais simplesmente pertinente?

Na Europa, as discussões no seio dos diferentes lados da esquerda radical tendem para o retorno do protecionismo, a unidade europeia e a saída eventual do euro. Todas essas questões estão evidentemente colocadas. O livro tenta dar ênfase em dois tipos de consideração que podemos evocar aqui. Elas se situam, respectivamente, nos planos econômico e político.

No plano econômico, nós insistimos no caráter primordial da questão da propriedade e da gestão. O livro tenta dar uma cara às redes da grande propriedade e da alta gestão. Nenhuma mudança séria, em nossa opinião, é possível sem uma retomada das rédeas e de uma reconfiguração dessas estruturas de decisão.

Toda política protecionista ou de restrição à mobilidade do capital entraria diretamente em conflito com os centros onde se tomam as grandes decisões. Seria assim tanto no plano europeu como de um país particular que estaria

isolado das estruturas europeias. Essas dificuldades são conhecidas como “a questão do poder”. Ela diz respeito tanto ao “centro político institucional” como ao “centro econômico institucional”.

Enquanto não for desfeita a aliança nos andares superiores entre proprietários e altos gestores, enquanto os segundos compartilharem o poder com os primeiros, nenhuma política alternativa poderá ser feita por nenhum governo de esquerda. A primeira questão é então quebrar essa aliança e definir novas regras, o que pode ser feito pela lei. Trata-se de interditar, nos conselhos de administração, que os cargos de chefia dos representantes de sociedades financeiras e as práticas de fundos especulativos possam submeter a ação dos administradores das empresas aos interesses da Finança. A lei deveria igualmente proibir a indexação das remunerações dos dirigentes ao desempenho das ações, ou as práticas de compra, pelas empresas, das suas próprias ações. É possível evidentemente já prever a fuga dos grandes acionistas cujos poderes e interesses se veriam comprometidos, o que não seria de todo mal.

Caberia então às sociedades financeiras de se comprarem-se umas às outras, reestabelecendo assim uma ligação com as práticas do pós-guerra. O Estado poderia se envolver igualmente em determinados casos – chegando até à nacionalização, sobretudo nos setores financeiros de países como a França. Essa fuga de grandes acionistas permitiria o estabelecimento de novas gestões voltadas mais ao investimento sobre o território nacional a partir de uma garantia de lucros e do crédito.

Uma tal transformação na cúpula seria um pré-requisito indispensável para uma condução à novas políticas em matéria de produção, investimentos, de mudança técnica, de emprego, de preservação do meio ambiente, de políticas que são, no fundo, bem incompatíveis com as estruturas de poder atuais.

Se a mundialização econômica, cultural e política devem continuar sendo um objetivo, é preciso, o mais rápido possível, estabelecer um termo à mundialização neoliberal, imediato e brutal - essa mundialização cujo objetivo é de fazer com que todos os trabalhadores do mundo concorram entre si em benefício das classes privilegiadas. O livre comércio e a livre circulação de capital não podem ser tratados como sagrados.

Os países menos avançados tem direito ao desenvolvimento, e as classes populares dos países dos velhos centros devem lutar pela preservação de suas conquistas no plano social, econômico, político e cultural. Elas também tem como função travar certas lutas como contra o aquecimento climático global. Um governo de esquerda deveria então se esforçar para o estabelecimento de acordos entre países e regiões do mundo para assim facilitar a concretização de interesses recíprocos e um grau de solidariedade mais avançado, o que não se pode fazer na OMC.

A dimensão das relações internacionais no parece crucial. O livro sustenta a tese dos efeitos socialmente destruidores que provocaram as ambições hegemônicas dos Estados Unidos no pós-guerra face às dinâmicas progressistas. Desse ponto de vista, nada mudou realmente. Em nossa opinião, um projeto atual de renovação política, que passe pela maior confrontação à Finança mundial, em particular a norte-americana, e a grande mudança que isso implicaria no seio da mundialização neoliberal, não está ao alcance de um país europeu particular. Esse processo supõe instituições financeiras fortes e uma moeda igualmente forte, que não vá na direção de uma taxa de câmbio elevada mas que tenha a capacidade de se impor nas transações financeiras mundiais (face aos “mercados” da Finança mundial, sobretudo anglo-saxões). A desagregação da zona do euro ou a saída de alguns países em uma aposta no isolamento seria desastroso. As desvalorização que tal processo permitiria produziria

efeitos positivos moderados para as sociedades exportadoras, mas compensam pouco os inconvenientes: alta dos preços de importação, revalorização das dívidas externas e definhamento ou fragmentação do projeto europeu. A resolução da crise nos países europeus onde ela é mais severa, passa por fortes políticas macroeconômicas, industriais e financeiras que estejam na contramão dos princípios neoliberais ou do neogerencialismo.

No plano político, a tarefa é dupla. Em primeiro lugar, é preciso estar à frente das instâncias parlamentares, governamentais, assim como nas instituições para-governamentais, como nos bancos centrais ou as instâncias centrais europeias. Nesse campo, a simples evocação da natureza da nova aliança entre classes populares e as classes gerenciais salienta a dificuldade do exercício de um poder compartilhado – um “compromisso” – interclasse. A ação das classes populares deve ser apoiada pela atividade – o “ativismo”, podemos dizer, de suas organizações (partidos, sindicatos e associações) e dessa forma encontrar os caminhos de uma cooperação necessariamente conflitual com as classes gerenciais. Mas a questão da democracia interna dessas classes gerenciais se coloca também, justamente porque elas são fracionadas: gestores do setor privado e do setor público, gestores técnicos e financeiros ou gerentes das profissões intelectuais. A garantia da defesa de um compromisso social à esquerda requer um envolvimento mais amplo das classes populares (e dos administradores subalternos) e localmente mais direto. É preciso iniciar, do mesmo modo, uma grande dinâmica de superação da aliança pela implicação gradual de grandes setores da população em iniciativas e processos decisórios. As lições dos precedentes do pós-guerra são aqui de extrema importância: trata-se de evitar a degeneração do compromisso iniciando a dinâmica de sua superação.

Existe uma ideia amplamente difundida de que as divisões e heterogeneidade, tanto econômicas como políticas,

que atravessam a Europa, condenam ao fracasso todo o projeto de mudança política radical, ainda que em apenas um país. É preciso recusar vigorosamente esse argumento. Se uma alternativa verdadeiramente de esquerda se desenha em um grande país europeu, dando início à reivindicação de uma revisão dos tratados europeus contrariamente à direção na qual eles são constantemente reformulados, se poderia assim prever, um potente despertar das lutas em muitos países. A existência de “outros” não é outra coisa que não um pretexto das passividades nacionais.

DONALD TRUMP E A CLASSE TRABALHADORA – NEM TUDO É O QUE PARECE

REGINALDO MORAES

Contrariando muitas previsões (e torcidas) dos institutos de pesquisa e da mídia, Donald Trump venceu as eleições para a presidência norte-americana. Como George W. Bush (contra Al Gore, 2000), também perdeu nos votos populares, mas ganhou no colégio eleitoral, aquilo que decide o jogo. Uma parte da mídia (inclusive da brasileira) tem questionado a legitimidade de sua vitória por esse motivo. Mas não devemos esquecer que, nessa mesma eleição, os republicanos ganharam a maioria na Câmara de Deputados e no Senado.

De qualquer modo, Trump tem algo parecido com Abelardo Barbosa, o Chacrinha: não veio para explicar, veio para confundir. Grande parte do seu *mis-en-scène* é destinado a esse fim: ele sabe que na política aquilo que parece ser é tão relevante quanto aquilo que é – e que, com frequência, aquilo que parece ser acaba modelando bastante aquilo que é.

Se Trump esmera-se em confundir, grande parte das “interpretações de Trump” também chegam a esse resultado,

REGINALDO MORAES
Possui graduação, mestrado e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisa, principalmente, temas da teoria política contemporânea e relações internacionais.

deliberadamente ou não. Não explicam, confundem. Grande parte dessa confusão resulta de se misturarem dois ângulos, que se combinam mas são diferentes:

Em primeiro lugar, temos que indagar: o que Trump representa, encarna? Quais forças, quais interesses? Entender esses vetores pode facilitar o entendimento, também, de grande parte de sua política, daquela anunciada como candidato e, principalmente, daquela efetivamente seguida, como executivo. Dadas as alianças que deve fazer, alguns interesses inicialmente “excluídos” da composição inicial (a de Trump-candidato) deverão ser contemplados pelo Trump-governo. Outros, que eram (ou julgavam ser) incluídos, devem ser excluídos ou driblados. Assim, por exemplo, ao que tudo indica, a chamada white working class” pode esperar sentada pela volta dos “bons velhos tempos” de emprego estável, bem remunerado, com confortáveis planos de saúde a aposentadoria.

O segundo ângulo pode ser resumido nesta questão: o que a eleição de Trump significa? Revela fraturas importantes na sociedade americana? Nos seus segmentos dominantes? Na classe trabalhadora? Revela impasses ou inconsistências na política do governo americano, na sua tentativa de operar como “capitalista coletivo ideal”?

A análise deveria ser montada a partir de considerações dessa natureza. Deveria. Por enquanto, o que adiantamos aqui é apenas um conjunto de notas para reflexão, isto é, para subsidiar essa análise. Mais do que compreender o fenômeno e dele fornecer uma interpretação fechada e redonda, procuramos colocar em questão algumas ideias correntes sobre ele.

TRUMP, O OUTSIDER? OU HERDEIRO INESPERADO DO MOVIMENTO NEOCONSERVADOR?

Sim, Trump contrariou muitas previsões e expectativas. Ele tem topete. Afinal, ele é, em muitos sentidos, um

outsider, alguém que correu por fora e ganhou o páreo. Primeiro, impôs sua candidatura aos barões do Partido Republicano (PR), surpreendendo até mesmo sua corrente de ultradireita, identificada com o movimento Tea Party. É também uma figura estranha para a direita religiosa, dentro de cujos padrões seu comportamento dificilmente seria aprovado.

Um dos sinais desse descolamento ou distanciamento da máquina do PR e do Tea Party é a autossuficiência de Trump, financiador de sua campanha, frente ao poderoso bloco de “dark money”¹ liderado pelos famosos irmãos Koch². O neoconservador Bill Kristol chegou a inaugurar uma campanha – *Trump Never*. Trump impôs sua vitória contra a vontade não apenas da mídia “liberal”, isto é, inclinada para o Partido Democrata. Também bateu de frente com a Fox TV, um bastião neoconservador.

Embora curioso, o fato não parece de todo exótico. Muitas das posições de Trump estão fora de sintonia com os ortodoxos do PR. Mas, ao que tudo indica, esses ortodoxos – a direção do PR e do Tea Party – não parecem muito sintonizados com suas “bases” sociais. Contra os fundamentalistas do “livre mercado” (como Kristol), Trump defende políticas protecionistas e expansão de programas estatais como o Medicare, por exemplo. Contra a onda de “baixar impostos”, andou defendendo, com o ardor usual, taxações progressivas. Chocando-se contra os neocons bushianos, declarou que a guerra do Iraque era um tremendo erro. Ora, Trump parece ter visto um fosso entre os dirigentes do PR (e do Tea Party) e sua alegada base social, principalmente aquilo que se tem chamado de “White working class” (voltaremos à wwc mais adiante). Talvez os neocons tenham exagerado na tentativa de mostrar suas crenças e desejos como desejos da maioria. Exageraram tanto que acreditaram nisso. Trump parece ter percebido que não era bem assim.

Assim, paradoxalmente, Trump encarnava, no lado republicano e conservador, aquilo que Bernie Sanders representa pelo lado dos democratas: está fora do padrão, choca-se

1. As espantosas atividades dos irmãos Koch e seu grupo podem ser acompanhadas através de dois relatos ricos em evidências: Lewis, Charles, Eric Holmberg, Alexia Campbell, Lydia Beyoud - *The Koch Club*, Investigative Reporting Workshop, 2013, disponível em formato Kindle, pela Amazon Digital Services; Levine, Yasha, *The Koch Brothers: A Short History*, ed. Amazon - Kindle Ebook, 2013. E um livro de Jane Mayer conta os caminhos através dos quais o dinheiro desses bilionários conservadores modela o ambiente político, construindo uma corrente política “de massas” praticamente a partir do nada: Mayer, Jane - *Dark Money: The Hidden History of the Billionaires Behind the Rise of the Radical Right*, ed. Doubleday, 2016, N. York.

2. Trump, o milionário outsider, fez uma campanha relativamente barata. Trump arrecadou muito menos do que Hilary. Alias, repetiu, em escala maior, o que antes se verificara: Obama sempre arrecadara mais do que seus concorrentes republicanos. Era o candidato preferido de Wall Street, aparentemente por bons motivos. Trump gastou pouco, explorando, habilmente, o fato de que seu estilo agressivo, excêntrico, bem como sua situação de *outsider* lançariam holofotes em sua direção, sem necessidade de pagar por eles.

com os “barões dirigentes” mas tem apelo junto a uma base social movida por sentimentos poderosos: esperança, por um lado, medo e ressentimento, por outro. Se o leitor brasileiro quisesse um paralelo, talvez um cenário antigo fosse mais útil do que o atual, apesar das tentações de paralelo com nossa direita cotidiana. Lembremos do confronto Lula e Collor, os outsiders em confronto no final do governo Sarney, um momento em que as tradicionais lideranças e direções políticas pareciam desmoralizadas e distanciadas dos anseios populares. Ao que parece, assim como Collor, o homem da direita que a velha direita brasileira relutava em assimilar, o reacionário Trump é o troglodita de direita que os trogloditas mais velhos e aparelhados teimam em não reconhecer.

Talvez por isso, várias pesquisas, nos EUA, mostrassem que Bernie Sanders, o socialista, era o candidato capaz de competir com Trump no campo dos “descamisados” de lá. Surpreendente? Tão surpreendente quanto o fato de haver conhecida sobreposição de certas faixas do eleitorado entre Lula e Maluf, por exemplo. Há mais coisas entre o céu e a terra do que supõe essa nossa vã dicotomia.

MAIS DO QUE UMA VITÓRIA DE TRUMP, FOI UMA DERROTA DO PARTIDO DEMOCRATA. E NÃO COMEÇOU HOJE (NEM ONTEM).

Em um dos fatores relativos ao segundo ângulo acima mencionado, pode-se dizer que a vitória de Trump afirmou-se em um pano de fundo que vêm se desenhando há algum tempo. Lembremos que Obama ganhou somando quase 70 milhões de votos, contra 60 milhões de seu opositor, McCain. Já naquela ocasião, vários analistas chamaram a atenção para um elo débil da coalizão democrata, a chamada “white working class”, não apenas a que morava no sul do país, infectada por uma conhecida e barulhenta orquestra direitista, mas, também, para aquela que se situava nos bastiões democratas do

meio-oeste e do nordeste, o Manufacture Belt que em tempos recentes se tornou o melancólico Rust Belt, o cinturão da ferrugem, do desmanche.

Mas nem tudo aí é precisamente *novo*. Mesmo Mit Romney, candidato que nem sequer tentava esconder sua posição anti-trabalhista, ganhava de Obama entre os eleitores da chamada white working-class (48% vs. 35%). E ganhava mesmo nos estados do nordeste e meio oeste, embora sua grande vantagem fosse entre os trabalhadores do sul (62% x 22%!). E sua vantagem era sempre maior entre os homens, protestantes e mais velhos.

E nem tudo aí é, também, tão precisamente simples e unívoco.

O QUADRO HISTÓRICO DE FUNDO

Como dissemos, a vitória de Donald Trump foi frequentemente vinculada ou mesmo atribuída ao seu sucesso junto à tal “White working class” norte-americana (WWC). Essa tese aparece em reportagens da grande mídia norte-americana, mas também em análises de blogs progressistas, em colunas de “especialistas” dos mais variados tipos, dos mais diversos think tanks. Já aparece, também, em estudos acadêmicos. Vários deles enquadram o caso Trump em uma tendência mais geral, aparentemente observada em várias partes do mundo: segmentos da classe trabalhadora, que tradicionalmente votavam à esquerda, estão agora inclinados a eleger “populistas de direita” e até mesmo de ultradireita. Isto ocorreu em diversas eleições parlamentares europeias, ameaça ocorrer na eleição presidencial francesa, registrou-se com algum alarde no referendo inglês relativo à permanência na União Europeia (o chamado Brexit). Neste último caso, o partido trabalhista foi “desobedecido” pelos bastiões operários degradados pela globalização, empobrecidos e humilhados pelas reformas ultraliberais e amedrontados pela competição dos imigrantes³.

3. Sobre esse aspect, ver - *The New Minority: White Working Class Politics in an Age of Immigration and Inequality* - Justin Gest.

No território americano, o furacão globalizador deixou atrás de si um rastro de destruição e um cenário povoado por sobreviventes inconformados. Os sinais são conhecidos: desindustrialização, empregos “exportados” para os estados do sul, depois para o México e para a Ásia, para onde houvesse leis trabalhistas e ambientais relaxadas, governos subalternos, controles fiscais frouxos. Em alguns cantos desses novos desertos – o chamado Rust Belt - reina, por vezes, a vã esperança de atrair novos negócios (como a predatória exploração do xisto). Sindicatos enfraquecidos, empregos precários, sem planos de saúde e de aposentadoria, os chamados mac-empregos em que os “nativos” ontem orgulhosos hoje competem com imigrantes legais ou ilegais. Em suma, o furacão cria um grande contingente de “perdedores, de “deixados para trás”, de herdeiros macabros da globalização, da modernização, do “progresso”.

Se o cenário é este, é mais ou menos previsível seu impacto no humor e no comportamento dos personagens. A WWC mergulha em construções nostálgicas sobre ‘velhos bons tempos’ imaginários, um universo mítico e edulcorado, é verdade, mas bastante adequado para fortalecer o ressentimento contra as grandes empresas que abandonaram a cidade, o governo que apoiou ou tolerou esse movimento, uma rejeição cega a minorias étnicas que alteram a composição da vizinhança, minorias que são associadas não apenas ao sumiço dos empregos, mas, também, à escalada do crime, a deterioração dos bairros, a derrocada dos níveis educacionais, enfim, tudo o que se pode associar ao apocalipse em marcha martelado pela mídia.

CLASSE TRABALHADORA E “POLÍTICOS PROGRESSISTAS”

Tomemos como verdadeira, provisoriamente, a afirmação de que Trump foi o estuário quase natural do descontentamento dessa fatia eleitoral visivelmente açoitada pela política globalista dos democratas. Mais relevante do que isso, porém,

parece ser a constatação de que a white working class, mais do que aderir à ultradireita, o que em parte talvez seja verdadeiro, foi muito mais atraída pela abstenção, pelo alheamento, pela negação da política. Pesquisa recente do Pew Charitable's Trust Economic Mobility Project parece indicá-la como o grupo da sociedade americana mais pessimista e mais alienado⁴. Talvez fosse melhor utilizar termo menos apassivador do que “alienado”: trata-se de uma *decisão* de distanciar-se da política. E este distanciamento, essa apatia, pode ser um resultado esperado e cultivado pelos neoconservadores: uma vitória da ideia de que o governo deve importar menos na vida das pessoas, a crença de que o governo é parte do problema e não da solução, a famosa frase de Reagan. Nessa linha, mais do que ter o “bom governo”, importa mais ter “menos governo”.

Uma pesquisa feita pelo Public Religion Research Institute⁵ desmonta uma série de lendas sobre a WWC. Uma delas é a ideia de que a wwc “vota contra seus interesses econômicos” e apoia o neoliberalismo do tal livre mercado⁶. O que a pesquisa revela é que a wwc é mais “protecionista” e “populista” do que “neoliberal” e que é fortemente influenciada pela percepção de fatores econômicos (basicamente, emprego e renda), não pelos chamados “valores” (aborto, casamento gay, etc.).

Essas interpretações sobre a deriva conservadora da wwc americana é a extensão de uma outra narrativa, já utilizada para “explicar” a suposta debandada da classe trabalhadora europeia, o seu afastamento do voto à esquerda (ou centro-esquerda) e a passagem para o voto na direita. Vamos ver o que isso é e o que representa.

Diz a citada lenda que a classe trabalhadora dos países desenvolvidos, no período dos “alinhamentos ideológicos definidos”, isto é, nos vinte e cinco anos gloriosos do pós-guerra, votava em partidos de esquerda e centro-esquerda. Nessa centro esquerda, a narrativa costuma enquadrar o Partido Democrata americano, apesar de suas repetidas e enfáticas de-

4. Cf. Brownstein, Ronald – “The White Working Class: the most pessimist group in America”, The Atlantic, disponível em <http://www.theatlantic.com/politics/archive/2011/05>

5. Resultados publicados em Jones, Robert & Daniel Cox - Beyond Guns and God: Understanding the Complexities of the White Working Class in America, Public Religion Research Institute, Washington, DC, 2012. Ver: <http://www.publicreligion.org/>.

6. Contrariando, pelo menos parcialmente, o que parece sugerir Thomas Frank em *What's the Matter with Kansas? How Conservatives Won the Heart of America*, ed. Henry Holt, NY, 2005).

monstrações de direitismo imperialista. Segue a lenda relatando que, depois disso, sobretudo depois de 1980, quando as reformas neoliberais avançaram pelo mundo e a globalização se firmou, essa mesma classe trabalhadora passou a votar na direita e, mesmo, na ultradireita.

Essa narrativa tem meias-verdades, o que é essencial para garantir sua propagação. Mas, meias verdades são armadilhas. Ou estratégias de despiste. Para os conservadores, uma forma eficiente de desmobilizar o inimigo. Para parte dos “progressistas”, um modo de acomodar sua opção de recolhimento à vida privada e à meditação transcendental: afinal, porque batalhar por uma classe que “traiu sua missão histórica”?

A base empírica para sustentar a debandada proletária é, em geral, o mapeamento do voto em regiões, zonas ou distritos “operários”, isto é, aqueles em que há uma grande proporção de trabalhadores (e de operários industriais, especialmente).

Primeiro problema da narrativa: zona operária NÃO é, estritamente, zona operária. E ideias dominantes são as ideias da classe dominante, não a da classe localmente predominante. Muitos fatores turvam essas identidades e vínculos. Assim, por que comunidades operárias do sul votam tão diferentemente daquelas do meio-oeste e nordeste? Porque os evangélicos neopentecostais (trabalhadores) votam tão peculiarmente?

Aí então reside o primeiro problema da fábula.

As tais “zonas operárias” têm (ou tinham...) significativa presença de operários. Mas sempre tiveram, bom lembrar, uma minoria não desprezível de “não-operários” e, principalmente, de “anti-operários”. Empresários e comerciantes locais, funcionários de colarinho branco a serviço dos interesses patronais, uma classe alta e média de proprietários de imóveis, etc. Ora, quando as “zonas operárias” assistem ao desmanche e enxugamento de empresas – a reengenharia das terceirizações, do outsourcing e do offshoring, de deslocalizações – o que acontece com a demografia local? E com os humores dos residentes-eleitores? As famílias operárias veem

seu “chefe” circular entre o salário-desemprego, o subemprego, os bicos. Suas “mães e esposas enfrentam a ‘libertação para o trabalho’, isto é, para a dupla jornada. E seus filhos engrossam os enormes contingentes de desemprego juvenil (em países como França e Espanha, p. ex., chegam a 50%). Os “não operários” da região – proprietários e classes médias – veem sua cidade deteriorar, seu patrimônio desvalorizar, o futuro patinar na incerteza. O que certamente reforça seu ressentimento em geral e seu ressentimento anti-operário em particular. Um elemento complicador aparece quando a região recebe um bode expiatório que serve de judas para os dois lados: uma minoria étnica, um fluxo de imigrantes.⁷

O segundo complicador da análise da “zona” é o geracional. O operário jovem ou maduro de 1980 é, hoje, um idoso ou quase isso. Como a expectativa de vida das classes populares é mais baixa, alguns deles já morreram. Seus filhos, como dissemos acima, já não são operários, não têm a perspectiva (nem o desejo) de serem operários. Portanto, é um pouco arriscado dizer que operários que votavam na esquerda agora votam na direita. Estamos falando da mesma área geográfica, do mesmo distrito eleitoral, não das mesmas pessoas.

Isto levanta, é claro, outro problema, outra preocupação que não podemos tratar no momento: a penetração das ideias ultraconservadoras na juventude desenraizada e desesperada.

O terceiro complicador é o movimento, o ritmo da maré. Não foi uma mudança rápida e definida. Tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, o que se viu foi, antes, um aumento da abstenção (do alheamento), depois uma alteração nos percentuais (ênfatiso: percentuais) de voto. Ou seja, é possível e provável que uma parte da classe trabalhadora tenha, primeiro, desistido de votar (na esquerda) e, depois, uma parte destes tenha decidido votar na direita. E enfatizei o termo “percentuais”. Em alguns casos isso foi particularmente importante. Reparem no caso Trump. Se tomamos sua votação como um termômetro do voto da direita, só podemos

7. Também sobre esse aspecto vale a pena ver - *The New Minority: White Working Class Politics in an Age of Immigration and Inequality* - Justin Gest.

concluir que essa direita não cresceu, do ponto de vista, eleitoral. Trump teve menos votos do que Bush em 2004! E 12 anos depois, quando a população em idade e condições de voto, supostamente, cresceu. Em suma: mais do que dizer que a direita cresceu, o que podemos dizer, com relativa segurança, é que o voto de esquerda (ou centro-esquerda) diminuiu. Obama foi eleito com 70 milhões de votos em 2008, teve 66 milhões em 2012. Hillary empacou nesses 66. E perdeu onde não poderia perder, se quisesse ganhar o colégio eleitoral.

O quarto complicador, com o perdão da redundância, é ainda mais complicado. É a visão edulcorada, fantasiosa, do quadro de referência, o passado supostamente “à esquerda” da classe trabalhadora. Principalmente da classe trabalhadora norte-americana. Este quarto fator demanda mais espaço. Vejamos.

Quer dizer, então, que a classe trabalhadora estava mais à esquerda ou era mais “progressista” naqueles anos dourados do pós-guerra? Será?

A taxa de sindicalização nunca foi alta nos EUA, mas nos anos 1950 atingia cerca de um terço da força de trabalho. Mesmo em 1980, quando já começava o esvaziamento, estava perto dos 25%. Hoje está abaixo dos 10% - e na manufatura aparentemente abaixo dos 5%, o setor público faz subir a média. Mas... o que significava ser sindicalizado nos EUA de 1950 ou 1960? Não significava muito mais do que preencher um cartão de filiação para ter acesso a benefícios indiretos e um plano de carreira.

Para entender a importância desses sindicatos “negociadores”, é preciso lembrar algumas peculiaridades da sociedade norte-americana. Nunca houve, no EUA, algo que se possa chamar exatamente de estado de bem estar, isto é, um conjunto mais ou menos coerente de políticas públicas destinadas a corrigir incertezas e desigualdades provocadas pelo “moinho satânico” do mercado. Houve, sim, um esboço disso com o New Deal de Roosevelt, nos anos 1930. Criou-se um siste-

ma de previdência social e uma legislação trabalhista que estimulava a sindicalização. Mas... ambas excluíaam dois enormes contingentes, os trabalhadores domésticos e os rurais, coincidentemente, aqueles em que era massacrante a presença dos negros (e das negras). Para completar, grande parte (talvez a maioria) dos sindicatos de fato alijavam os negros. Ira Katznelson uma vez disse que as políticas afirmativas tinham sido “brancas”⁸- essas, dos anos 1930, como as seguintes, do acesso ao ensino superior (GI Bill de 1946), as políticas de casa própria via hipotecas. Ainda assim, os empresários desde logo começaram a campanha para dismantelar mesmo esse “welfare state” reduzido de Roosevelt ⁹. E a desmoralizar as políticas de socorro à pobreza, retratando a maioria dos pobres como “não merecedores”, folgados e aproveitadores (ver Katz, Michael - *The Undeserving Poor: From the War on Poverty to the War on Welfare*, ed. Pantheon, 1990).

Paralelamente a esse estado de bem estar limitado e segregado, os empresários criaram um ‘welfare state’ privado, paralelo (Hacker, Jacob S. - *The Divided Welfare State: The Battle over Public and Private Social Benefits in the United States*, Cambridge University Press, 2002). A história tem uma certa didática. No começo dos anos 1950, o maior empregador do país, a GM, fez um acordo com seus empregados, para garantir a “paz na produção”. Um contrato de longo prazo, firmado com os sindicatos, garantindo revisão periódica dos salários, planos de saúde e de previdência. O famoso Acordo de Detroit virou um modelo para a maior parte das grandes corporações – e mesmo para as empresas menores. Em suma, uma parte significativa do que era welfare state na Europa (políticas públicas) era, nos EUA, uma contrapartida (benefícios indiretos) de contratos de trabalho. Contratos negociados – prioridade do negociado sobre o legislado, já ouviu falar? Dai a relevância dos sindicatos, que não eram, de modo algum, organizações militantes. Eram estruturas burocráticas, profissionalizadas - os dirigentes eram “gerentes” contratados,

8. *When Affirmative Action Was White: An Untold History of Racial Inequality in Twentieth-Century America*, W. W. Norton & Company, 2005.

9. Kruse, Kevin M. - *One Nation Under God: How Corporate America Invented Christian America*, Basic Books; 2016.

pouco tinham a ver com a profissão dos seus representados, nem com seu estilo de vida. E não viam necessidade alguma de estimular a participação militante da “base”. Assim, vale a pena relativizar a importância do “ser sindicalizado” nos EUA daquele momento.

Também se deve relativizar o “progressismo” do votar PD. Uma parte não pequena da força eleitoral do PD residia em estados racistas, bem conservadores, do sul – quando Lyndon Johnson assinou a lei dos direitos civis (direitos dos negros), disse, profeticamente, que o Partido Democrata estava perdendo o sul por algumas décadas. Talvez tenha errado no “algumas”. O PD sempre teve uma ala “progressista”, em vários sentidos. Mas sempre teve, também, um aparato de direita muito azeitado. E muito imperialista – a rigor, aliás, os democratas foram mais ousados nas ações imperialistas e no apoio a ditaduras do que os próprios republicanos, onde havia uma ala “isolacionista” tradicional. Nessa política imperialista, aliás, os maravilhosos sindicatos americanos (incluindo sua central, AFL-CIO) sempre foram (até o final do século) defensores das agressões americanas.

Em suma, é prudente esfriar nossa imagem da classe trabalhadora que um dia foi “progressista” e, depois, caiu para a direita. Nem era tanto assim, no passado, nem foi exatamente assim a evolução presente.

Por fim, um outro elemento a considerar, para complicar as coisas, é a quantificação e a qualificação da tal classe trabalhadora. Tem-se falado muito na white working class. E ela é bem mais diversificada hoje – longe de ser identificada ou liderada pela classe operária industrial. Nos anos “dourados” ela tinha diante de si uma minoria espezinhada e segregada – os negros. Hoje, depois da enorme onda de imigração pós 1970, ela se defronta com uma outra minoria, ainda maior e cada vez maior, os latinos, os espezinhados e segregados da vez. Não por acaso, em muitas cidades americanas há disputas entre gangues negras e latinas. A classe trabalhadora com sobre-

nomes “exóticos”- os Diaz, Delgados, Lopez – é hoje maior do que a minoria negra. E há estimativas de que, a manter este ritmo, em breve negros e latinos sejam, somados, a nova maioria da população americana (e, seguramente, a maioria da classe trabalhadora). Talvez aqui se entenda porque os republicanos, em especial, querem limitar a participação política desses segmentos. O patronato e a classe média americana sabem muito bem que não podem simplesmente expulsar ou evaporar os latinos – o país fica paralisado. A ofensiva anti-latina pretende, muito claramente, apavorar e reduzir à obediência esse enorme contingente proletário. Dai a importância do tema “imigrante” na política americana atual.¹⁰

O QUE FALTA ENTENDER

Ao que indicam todos os dados, é no mínimo um grande exagero dizer que Trump e a nova direita conquistaram o coração e a mente da chamada “White working class”, desviando-a do leito “progressista e democrático” em que supostamente repousava. Primeiro, porque esse eleitorado nunca foi tão progressista e democrático como por vezes se fantasia. Segundo, porque Não há qualquer evidencia mais sólida para afirmar que ele se bandeou em proporção significativa para a nova direita.

O que se viu, na eleição de Trump, foi a desistência de votar em Hillary. Isso vale para a wwc, mas vale, também para boa parte do eleitorado negro e latino. E isso ocorreu em estados decisivos para a contagem dos delegados do colégio eleitoral. O colunista da revista Forbes Omri Ben-Shahar explica esse fato em seu artigo no website da revista¹¹.

Michigan é um exemplo. Obama ganhara por 350 mil votos de diferença naquele estado, em 2012. Clintou perdeu por 10 mil. Ela simplesmente perdeu 300 mil daqueles votos. A perda foi desastrosa em regiões de trabalhadores, em Detroit e Wayne Conty. Esses eleitores não viraram “trumpis-

10. Até porque, paralelamente ao movimento sindical tradicional, surgem, aqui e ali, experimentos de organização fortemente marcados pela presença desse “novo público”. O “social movement unionism”, precário, confuso, oscilante, já é um dado da realidade na política norte-americana e, de um modo ou de outro, no horizonte do que se pode chamar de esquerda norte-americana. Mas isso é uma outra estória, que fica para outra vez (veja uma nota a respeito: O que podemos aprender com a crise no sindicalismo norte-americano, [http://brasildebate.com.br/o-que-podemos-aprender-com-a-crise-no-sindicalismo-norte-americano/...](http://brasildebate.com.br/o-que-podemos-aprender-com-a-crise-no-sindicalismo-norte-americano/))

11. [Omri Ben-Shahar - The Non-Voters Who Decided The Election: Trump Won Because Of Lower Democratic Turnout, web site da Forbes, 17/02/17. Disponível em http://www.forbes.com/sites/omribenshahar/2016/11/17/the-non-voters...the-election-trump-won-because-of-lower-democratic-turnout]

12. Ver Pew Research: <http://www.pewresearch.org/2010/10/29/the-party-of-nonvoters/http://www.people-press.org/2012/11/01/nonvoters-who-they-are-what-they-think/>

tas”, eles simplesmente não se mexeram para votar em Hillary. Trump não decolou aí – recebeu apenas 10 mil votos a mais do que Romney tinha conseguido, um crescimento desprezível. Coisa parecida aconteceu, de modo mais dramático, em Wisconsin. Trump simplesmente não cresceu ali. Recebeu o mesmo número de votos de Romney em 2012. Mas o voto democrata simplesmente desabou.

Quando visto do ângulo das etnias essa tendência também se confirma. Hillary ganhou o voto dos negros, mas com percentual menor do que Obama (87,5% contra 93%). Isso quer dizer que algo como 2 milhões de negros desistiram de votar no PD. Coisa parecida aconteceu entre os latinos.

A tendência já era visível nas pesquisas prévias. Uma delas, feita pelo conhecido Pew Research Center¹², é ainda mais instrutiva, porque se volta para conhecer a inclinação dos “não votantes”, isto é, da enorme massa que se abstém. Isto é, da massa que desiste de escolher.

Sublinhemos os grandes números, a tendência geral. Nas eleições presidenciais, 52% dos eleitores votaram. Clinton e Trump dividiram esse pacote – mais ou menos 25% do eleitorado para cada um deles. Mais de 100 milhões desistiram de opinar. Nessa massa, seguramente, a grande maioria rejeita Trump (embora relute em se mover para votar em alguém como Hillary). E quando desagregamos esses números e consideramos os “não-votantes”.

As pesquisas do Pew Research mostram que os “nonvoters” são majoritariamente simpatizantes ou potenciais votantes do PD (54x 30%). Que *votariam* em Obama contra Romney na proporção de 59 x 24%!

Daí se entende porque, para os republicanos, e principalmente para sua ala mais arrojada, neocon, o essencial é reduzir a votação, desanimar o eleitor, principalmente o eleitor com determinado perfil. Nos últimos dez anos, eles montaram verdadeiras máquinas voltadas para “cassar” o direito ao voto, com foco em potenciais eleitores democratas. Vários

recursos legais foram utilizados, mas talvez o principal seja mesmo o ideológico, a indução ao alheamento político. No limite, isso se consegue desmoralizando o próprio ato de votar ou fazer política. Esse seria o resultado da prática midiática de criminalizar a política ou rebaixá-la em confronto com as “decisões de mercado”, supostamente mais eficientes e “justas”, meritocráticas. Mas, uma vez conseguido esse intento, o que sobra para os perdedores, aqueles que se veem derrotados pela vida (no Mercado) e ao mesmo tempo descreem na política? A revolta? O apoio a algum anjo Salvador (mesmo que votando)?

Essa é a pergunta que resta para a esquerda, se quiser ter um papel no futuro, que não seja apenas o necessário (mas insuficiente) papel desempenhado por este artigo, o papel de comentarista da história.

A DINÂMICA DA CONTRARREVOLUÇÃO NEOLIBERAL

JUAREZ GUIMARÃES

O conceito de contrarrevolução neoliberal tem demonstrado a sua dimensão compreensiva da profundidade, do sentido e da temporalidade da luta de classes no Brasil contemporâneo. Houve, é certo, uma resistência “à esquerda” a este conceito, que se baseava em um mal entendido: como falar de contrarrevolução se não estava havendo antes no Brasil uma revolução? Ora, se está documentado que o programa desta contrarrevolução neoliberal vinha sendo organizado desde pelo menos 2011, ficou claro que a direção do PSDB estava decidida a não deixar ocorrer a reeleição de Dilma Rousseff e, se isto ocorresse, a linha seria derrubá-la, de que modo fosse. Um jovem estudioso de Florestan Fernandes lembrou que, na mesma direção e sentido, Florestan falava do golpe de 1964 como de caráter preventivo. Mas o governo Goulart estava longe de ser um governo revolucionário.

Fala-se de uma contrarrevolução porque, mais do que derrubar um governo, tratava-se, desde o início, de destruir

JUAREZ GUIMARÃES
Professor de Ciência Política da UFMG e autor, entre outros livros, de *Democracia e marxismo. Crítica à razão liberal* (Xamã, 1998) e *A esperança crítica* (Scriptum, 2007). Pesquisa principalmente nas áreas de teoria política.

o pacto republicano democrático de 1988, de mudar o regime político, o modo de regulação dos direitos sociais e, mais importante ainda, o próprio modo de regulação do conflito capital/trabalho que estruturou a ordem capitalista brasileira desde as conquistas da Era varguista. Algo que não foi realizado sequer pela ditadura, que com sua política generalizada de intervenção nos sindicatos e de arrocho salarial, operou para direcionar a estrutura corporativa em prol de novas dinâmicas mercantis.

Mais ainda, o programa desta contrarrevolução neoliberal implica em criar uma nova situação geo-política e um novo quadro de relações com o capitalismo internacional através da destruição dos bancos e empresas públicas - BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Petrobrás, Previdência Pública - que são responsáveis por ainda permitir uma certa autonomia do Brasil em relação às dinâmicas mais destrutivas e instáveis do capital financeiro internacional. Privatização, financeirização, internacionalização: trata-se de cumprir unilateralmente o programa da Alca, estabelecer um novo patamar de subordinação e dependência orgânica em relação às matrizes capitalistas. Se esta destruição se cumprir, uma infraestrutura básica para uma política desenvolvimentista estará definitivamente destruída.

Inconscientes em alguma medida desta contrarrevolução neoliberal, os economistas desenvolvimentistas discutiam, logo após o golpe, se a recessão seria breve mas seguida de uma fraca retomada ou se a recessão seria mais profunda e prolongada. O enfoque problematizava na direção certa mas não propriamente a envergadura do que estamos enfrentando: o padrão da crise dos anos 1930 está sendo ultrapassado e o que está havendo, de fato, é uma destruição das forças produtivas nacionais, a começar por seu mercado de trabalho, mas também de setores econômicos que acumulavam tecnologia e capacidade expansiva: construção civil, ramo do petróleo, crise aguda da cadeia automotiva, construção naval. Mais

que isso, este ciclo pretende destruir a universidade pública no Brasil, que estabelece um grande diferencial de pesquisa e inovação em relação a uma série de países da periferia e semi-periferia do mundo globalizado. A abertura ilimitada do mercado de terras brasileiro ao capital internacional tem certamente o potencial de destruir a base nacional do agronegócio.

Muito se falava do caráter jurídico-midiático do golpe, o que é certo, mas com frequência colocava-se em segundo plano a força da coordenação política do golpe: a direção nacional do PSDB, com o Instituto Fernando Henrique Cardo à frente, o grande think tank do neoliberalismo brasileiro. Foi ficando claro, ao longo destes meses, o caráter de coordenação da poderosa coalizão cumprido pelo PSDB e, como ele veio ocupando cada vez mais postos no governo Temer, dominando a jurisprudência de exceção no STF e no TSE, a própria dinâmica congressual (com o trabalho de dissolver e enredar a própria base parlamentar de Eduardo Cunha), além de dar o tom na política econômica. Não se deve confundir pragmatismo com pragmática política: as alianças fisiológicas deste partido e seus arranjos, à primeira vista desconexos, revelam uma nitidez, uma coerência e uma decidida orientação programática! A pragmática está a serviço deste programa neoliberal radical.

O conceito de contrarrevolução neoliberal permite entender também a temporalidade própria da luta de classes: trata-se de destruir rapidamente, com os mecanismos de um mandato tampão, dotado de forte maioria parlamentar e de ampla cobertura judicial, décadas de acumulação democrática. Daí não ser possível conceber a resistência em uma larga temporalidade pois não pode haver acumulação de forças à esquerda— sindical, parlamentar, dos movimentos sociais — neste ambiente de destruição. Pois a contrarrevolução neoliberal visa centralmente, com este trabalho de destruição, dissolver a própria esquerda brasileira como força ativa com capacidade e ponderação para disputar o poder político.

Mas é à “direita”, é a consciência atrasada em relação aos fatos, que se agarra às formas, à dinâmica e ao próprio calendário da institucionalidade democrática à deriva e em processo de aberta violação, que se encontra a principal fonte de resistência ao enquadramento da luta de classes brasileira contemporânea através do conceito de contrarrevolução neoliberal.

VITÓRIAS E LIMITES DA CONTRARREVOLUÇÃO NEOLIBERAL

O processo da contrarrevolução neoliberal obteve uma ampla vitória em sua estratégia de cerco e derrubada do segundo governo Dilma. A partir desta vitória estratégica, já obteve no Congresso Nacional mudanças que destroem a dinâmica inclusiva que estava se conformando no ensino médio público; a PEC 55, que implica uma ampla desconstitucionalização dos direitos sociais projetada para duas décadas; a aprovação da terceirização do trabalho, sem restrições, o que coloca em ponto morto a própria CLT, e ainda a prioridade em aprovar as mudanças no sistema da Previdência, que destruiriam a Previdência pública brasileira. A linha de coerência que une este trabalho de destruição de décadas para trás e de décadas projetadas para a frente é a memória e futuro de um Estado neoliberal no Brasil.

Na linguagem neoliberal que formulou este programa, esta ampla formação das bases neoliberais do Estado brasileiro são “contra-intuitivas” ao senso comum, isto é, apresentam-se dissonantes em relação à consciência popular dos direitos. Em outras palavras, elas são fortemente impopulares. No cálculo estratégico da coalizão golpista, essa impopularidade se derramaria virtuosamente sobre a figura de Temer, este que está “imbuído do sentido de missão”, como afirma Delfim Neto em sua coluna no jornal programático dos golpistas, “Valor Econômico”. Assim, o governo Temer

seria necessariamente um governo impopular, embora protegido pelos oligopólios da mídia.

Estas vitórias fundamentais da coalizão golpista devem ser, no entanto, contrabalançadas por suas derrotas estratégicas, que poderiam ser figuradas em três campos.

A primeira diz respeito ao engate internacional do projeto da coalizão golpista com a direção do Partido Democrata norte-americano que, por todas as previsões, estaria hoje assentada através de Hillary Clinton no governo do principal Estado neoliberal do mundo. A coalizão golpista está sem um interlocutor político internacional e o caráter patético de seu Ministério das Relações Exteriores, reduzido à função de gendarme dos interesses norte-americanos na América Latina (ver o caso da Venezuela), demonstra bem isso. Na verdade, a consciência neoliberal financista que dirige a contrarrevolução está lançando o Brasil, através da destruição de sua democracia, no caos sistêmico que hoje assola o sistema mundo. A ordem é o caos e a economia brasileira está no abismo de sua auto-destruição.

Em segundo lugar, como a contingência faz parte da política, o dono da Odebrecht não aceitou a gestão direta de Fernando Henrique Cardoso, como se noticiou sem alarde, para retirar da delação premiada os nomes dos principais nomes públicos nacionais do PSDB. E nestes tempos de vazamentos seletivos, no qual a luta externa e interna dos partidos se faz sem a menor regulação das regras da democracia e do Direito, criou-se um campo difuso de contágio: o PSDB está sendo fortemente atingido, como evidenciam as pesquisas, pela impopularidade daqueles que, aos olhos dos setores populares mas também dos setores médios, agem contra os interesses do povo e, além disso, são tão ou mais corruptos do que os outros.

Mas certamente a principal derrota estratégica da coalizão golpista foi em relação à legitimidade do golpe e ao isolamento, dispersão e destruição da esquerda brasilei-

ra. Mesmo nos meses em que foi votado o impeachment, a preferência popular (em torno de 62%) era favorável não à posse de Temer mas à convocação de novas eleições presidenciais. Esta ilegitimidade do governo Temer foi a grande conquista do segundo ciclo de mobilizações democráticas, após o primeiro ciclo das mobilizações em 2015 “Fora Cunha e Fora Levy”. Ela se tornou patente entre os formadores de opinião, no meio da cultura e da própria imprensa internacional: houve um golpe na democracia brasileira. Hoje, o governo fortemente impopular de Temer ainda tem a sua ilegitimidade democrática como um fator potencial de desestabilização.

Se o governo Temer é ilegítimo e cada vez mais impopular – está hoje passando de 2/3 de ruim e péssimo para o padrão de 4/5 de ruim/péssimo, segundo as pesquisas divulgadas na última semana de março -, o Congresso Nacional hoje decide em regime de clara alienação legal (isto é, sem qualquer sombra ou ideia de representação democrática) e o poder judiciário – o juiz Moro, o STF e o TSE – cada vez mais claramente em regime de aberta lei de exceção.

É esta distância entre o poder da coalizão golpista nas instituições e nos oligopólios de mídia e a sua base de legitimidade e popularidade que faz prever como provável uma espécie de 1968 na dinâmica da contrarrevolução neoliberal: isto é, um golpe dentro do golpe. Sem precisar chamar às ruas os tanques militares. Faz parte do programa neoliberal desconstruir a democracia a seu modo, isto é, desconectar as suas instituições do regime de formação de maiorias e do princípio da soberania popular. Impedimento legal da candidatura de Lula, multa bilionária ao PT (como aquela aplicada ao PP, o que poderia impedir o acesso ao fundo partidário nas próximas eleições), substituição de Temer mais à frente com uma repactuação seguido de uma reforma eleitoral que organizaria um novo início, incluindo um possível adiamento das eleições presidenciais de 2018,

as fórmulas podem variar, segundo a criatividade, os arranjos de interesses e as necessidades.

O FUTURO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA E DA ESQUERDA

Neste mês de março de 2017, consolidou-se o sentimento na esquerda brasileira que está em curso um processo de virada na consciência democrática da população: os atos contra a Previdência e pelo “Fora Temer” nos dias 8, 15 e 31 de março encheram as ruas de multidões em todo o país, pela primeira vez com participação das bases sindicais. As manifestações convocadas pela direita foram as mais fracas. Há uma greve geral convocada por uma unidade das centrais convocada para o dia 28 de abril, que poderá aprofundar esta dinâmica.

Este clima de virada se torna mais evidente com as pesquisas de opinião que apontam Lula como o político mais popular do país (cerca de 37% dos votos no primeiro turno), com a sua rejeição alta mas em queda (em torno de 57%). Aqui, mais importante do que os números, é a direção dos ventos: a candidatura de Lula à presidência funciona como memória e esperança de tempos melhores, é uma âncora do vivido e um caminho possível de navegação.

Como esta virada se inserirá na dinâmica da contrarrevolução neoliberal analisada, certamente, este choque entre a onda popular ascendente e a dinâmica contra-revolucionária das instituições golpistas terá como epicentro o julgamento de Lula pela Operação Lava-Jato.

Há aí três erros a evitar. O primeiro é o do triunfalismo: estamos longe ainda de criar uma alternativa viável à contrarrevolução neoliberal. Continuaremos a viver tempos duríssimos de luta de classes: é preciso ter a consciência de que estamos lutando contra os poderes do mundo capitalista contemporâneo, unificados em uma coalizão que não abrirá mão facilmente do poder que conquistou.

Em segundo lugar, o erro institucional: confiar em uma possível absolvição de Lula, apostar na fixação do calendário das eleições presidenciais e de suas regras, buscar pactos e negociações com forças golpistas, imaginar que voltaremos a uma situação anterior ao golpe seria o caminho mais curto para a derrota. Seria, na verdade, estar aquém da própria consciência que move a coalizão golpista.

Em terceiro lugar, desprezar o fenômeno de crescimento de forças abertamente fascistas, hoje já reveladas na candidatura de Bolsonaro à presidência, que saiu da margem para uma posição de força minoritária mas em crescimento. Fenômenos típicos das democracias européias e norte-americanas podem aqui se reproduzir.

O 6º Congresso do PT é o cenário perfeito para o principal partido da esquerda brasileira atualizar a sua alternativa à contrarrevolução neoliberal, superando a sua crise de identidade, de programa e de estratégia. Conseguirá o PT mudar e se colocar à altura deste imenso desafio histórico?

A DESINTEGRAÇÃO SOCIAL: DESMONTE DA PREVIDÊNCIA, DO MERCADO DE TRABALHO E DOS DIREITOS TRABALHISTAS

MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA

O DISCURSO DA MODERNIZAÇÃO E DA FLEXIBILIZAÇÃO

Disfarçado por um discurso de modernização das relações de trabalho e de aperfeiçoamento de regras da previdência social se esconde o mais perverso e destrutivo desmonte dos direitos sociais de toda a nossa história. O Sistema de Seguridade Social Brasileiro, garantido pela Constituição de 1988, e reconhecido como um dos sistemas mais avançados do mundo, referência para vários países, e a CLT, que assegura direitos sociais arduamente conquistados por meio de grandes mobilizações que estabeleceram um patamar civilizatório mínimo nas relações entre capital e trabalho estão sendo fortemente ameaçados pela PEC nº 287/16 e o PL nº 6.787/16, ambos em tramitação na Câmara Federal. Para completar, em março a Câmara aprovou o PL nº 4.302/98 sancionado em 31 de março e agora Lei nº 13.429 que libera a terceirização

MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA
É economista, doutoranda
e pesquisadora do CESIT/IE-
Unicamp, assessora sindical e
membro do Fórum Permanente
em Defesa dos Direitos dos
Trabalhadores Ameaçados pela
Terceirização.

para todas as atividades, seja no âmbito público ou privado. Com esse projeto, todas as pessoas contratadas diretamente poderão ser substituídas por prestadores de serviços para a realização de qualquer tipo de atividade.

A confluência de fatores políticos e econômicos conformaram um quadro de profundos retrocessos econômicos e sociais desde o final de 2014, perdurando até os nossos dias. Uma forte inflexão na política econômica a partir de 2015 resultaria em redução ainda mais acentuada no nível de crescimento econômico com forte impacto nos níveis de emprego e nas contas públicas. Esse contexto de retrocesso se consolidaria com o golpe e o afastamento de uma presidenta legitimamente eleita pelo voto popular. Em dois anos (2015 e 2016) a queda do PIB superou o percentual de 7,5% e a redução do emprego formal atingiu mais de 2,8 milhões de postos de trabalho elevando a taxa de desemprego de 6,8% em 2014 para 12% em dezembro de 2016, conforme dados da PNAD.

Imediatamente após o golpe, iniciou-se a implementação da agenda precarizante que nada mais era do que a retomada da agenda neoliberal dos anos de 1990 do governo FHC e interrompida com a vitória de um programa de caráter democrático e popular em 2003. Dessa forma, alguns aspectos das relações de trabalho são surpreendentemente semelhantes ao longo do tempo, tais como responsabilizar a legislação laboral pela crise e propor a sua flexibilização como a única alternativa para retomar o emprego e a competitividade econômica, embora esses objetivos nunca tenham sido alcançados, mas não impede que os seus autores sigam defendendo.

O discurso que opõe flexibilidade à rigidez é tão antigo e cíclico como são as crises do capitalismo que, pelo seu caráter predatório e liberal, está sempre buscando moldar à sua lógica os instrumentos de regulação pública em uma perspectiva de completa desconstrução de direitos. Sob o pretexto de legislações excessivamente reguladoras e extensas, o debate da flexibilização é visto como a única alternativa para alcançar

maior competitividade diante de um cenário de internacionalização de mercados e formação de cadeias de valor. Esses resultados, na compreensão do capital, podem ser alcançados através de métodos que proporcionem redução de custos e elevação da produtividade do fator trabalho.

Os estudos comparativos de vários países, amplamente divulgados (OIT, 2015; Adascalitei y Morano, 2016)¹, demonstram que essas políticas, além de não terem gerado empregos, ampliaram a informalidade multiplicando as formas de contratação atípicas, reduzindo o acesso à proteção social e contribuindo para o aumento da pobreza e da desigualdade através de rendimentos insuficientes para garantir uma vida digna, com forte impacto sobre as mulheres e os jovens que veem suas perspectivas de trabalho reduzidas aos empregos mais precários e em tempo parcial.

No entanto, as tentativas de flexibilização de direitos sempre encontraram forte resistência junto às instituições de regulação do trabalho, às centrais sindicais, aos sindicatos e à classe trabalhadora, talvez por isso o direito do trabalho e os sindicatos estejam sendo tão fortemente atacados pelas forças conservadoras em reação a forte resistência dessas instituições. A falácia de que somente flexibilizando que se cria novos empregos não encontra nenhum paradigma na realidade, vejamos. O Brasil durante a década de 1990 cresceu, em média, 2,2% ao ano entre 1996 e 2002 e gerou, em média, 785 mil postos de trabalho formais por ano, já nos anos entre 2003 e 2013, o crescimento médio foi de 3,7% e foram gerados, em média, por ano, 1,9 milhão de postos de trabalho formais.

Ao final da década de 1990 o que ocorreu foi um crescimento da contratação através de empresas prestadoras de serviços que correspondia em torno de 10% dos empregos gerados no início naquela década e passaram a representar 90% dos empregos criados ao final da mesma década, ou seja, foram anos que se caracterizaram pela criação de empregos precários, inseguros e de baixa remuneração.

1. http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_443480.pdf; <https://izajolp.springeropen.com/articles/10.1186/s40173-016-0071-z>

Trata-se de uma década em que se intensificou formas atípicas de contratação, através da terceirização, mesmo diante de sua proibição para atividades fins, conforme a Súmula nº 331 do TST. Nessa mesma década foi implementada o contrato parcial de 25 horas, o contrato por prazo determinado, o banco de horas e o programa de participação nos lucros ou resultados. Todas essas medidas com o sentido de tornar o mercado de trabalho mais flexível, tanto nas formas de contratação e dispensa, quanto na jornada de trabalho e na remuneração.

De fato, foi uma década particularmente difícil para a classe trabalhadora, as categorias profissionais acumularam perdas com reajustes salariais abaixo da inflação. Entretanto, todas essas medidas não foram suficientemente eficazes para dinamizar o mercado de trabalho que somente se recuperaria com a retomada da atividade econômica do início dos anos de 2000 com grande impacto no emprego e no poder de compra dos salários.

Na atualidade, o debate que se coloca é justamente se os investimentos vêm pelas mãos do estado ou da iniciativa privada, em que são confrontadas duas visões: a primeira que vê o estado como indutor dos gastos públicos e fomentador da retomada do crescimento econômico e a segunda posição que atribui a iniciativa ao mercado. Distante de uma perspectiva em que o mercado possa assumir o papel de indutor da economia, o que assistimos são tentativas de viabilizar reformas estruturantes no mercado de trabalho (trabalhista, terceirização e previdenciária) com a finalidade de reduzir custos e restringir o acesso à justiça do trabalho flexibilizando direitos através da prevalência do negociado sobre o legislado.

O DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DO TRABALHO

Nessa perspectiva, dá-se início ao desmonte do Estado através de um conjunto de medidas coordenadas cujo objeti-

vo é criar um ambiente institucional favorável para o capital produtivo e para o rentismo, assegurando aos últimos a sua rentabilidade através da redução dos gastos públicos e da reforma da previdência, e aos primeiros um ambiente favorável para a retomada de um novo ciclo de crescimento por meio da reforma trabalhista e da aprovação do projeto de terceirização.

Nesse sentido, o congresso nacional congelou os gastos públicos até 2036, o que significa que não haverá um único centavo para a ampliação das políticas públicas nos próximos 20 anos e, com isso, o Brasil passará a figurar entre os piores rankings do mundo com os menores investimentos em políticas sociais em relação ao PIB. O projeto foi aprovado no Congresso por ampla maioria no final de 2016.

Por outro lado, todo o aumento de riqueza do país será destinado aos bancos para o pagamento dos juros da dívida pública, somente em 2016 foram transferidos para o sistema financeiro mais de R\$ 1,35 trilhão com refinanciamento, amortização, juros e encargos da dívida pública, enquanto que o orçamento da seguridade social, que envolve previdência, assistência e saúde totalizou para o mesmo ano praticamente metade disso, R\$ 750,9 bilhões.

A estratégia de desmonte das políticas sociais e de retirada de direitos serve a dois propósitos: reduzir o tamanho do Estado na formulação e implementação de políticas públicas reservando fatias cada vez maiores para a iniciativa privada nas áreas de saúde e educação, fundamentalmente, mas também privatização de empresas públicas como a Petrobras, entre outras. Com a diminuição do papel do Estado abre-se caminho para a redução da carga tributária atendendo com isso pleito antigo dos empresários que pressionam por redução de impostos e pela reforma trabalhista.

As pressões pela flexibilização se intensificaram nos últimos anos como forma das empresas se adaptarem em parte a um contexto de menor retorno sobre os investimentos realizados, de internacionalização das economias baseadas em um

padrão imposto pelos países asiáticos de baixos salários. Soma-se a isso, as mudanças de caráter estrutural e a reestruturação nos processos organizacionais, através da racionalização do uso do tempo, dada a presença de uma demanda cada vez mais instável e irregular é fundamental para o capital dispor da força de trabalho em tempo integral ajustando jornada, férias, de acordo com as suas necessidades e com isso eliminado os tempos mortos e os direitos consagrados pela legislação trabalhista que são um entrave ao capital.

Além disso, as conquistas sindicais contribuíram para elevar os padrões salariais e os benefícios de setores mais estruturados da classe trabalhadora. Nesse cenário, os resultados das Convenções Coletivas se estendem para o conjunto dos trabalhadores independentemente da posição que ocupam ou da função que exercem no local de trabalho. Para o capital, esse padrão se torna insustentável e, na ânsia de manter as margens de lucro e ampliar a exploração do trabalho, em nome de discurso “modernizador”, a via adotada é a da flexibilização dos direitos da classe trabalhadora.

A pressão sobre a justiça do trabalho também se intensificou com o argumento de que há um ativismo judicial que gera “litigância de má-fé”, ou seja, o trabalhador protegido por um judiciário “militante” favoreceria demandas não procedentes. Uma ironia para uma sociedade em que os empresários descumprem cotidianamente com os direitos trabalhistas, é que praticamente metade das ações trabalhistas se refere a indenizações rescisórias em uma economia em que a dispensa imotivada é recurso utilizado largamente pelas empresas para reduzir salários. Somente em 2016 foram movimentados mais de 30 milhões de trabalhadores entre dispensas e contratações.

Portanto, o Projeto de Lei nº 6.787 encaminhado à Câmara Federal pelo executivo em dezembro de 2016 é expressão de um governo que, além de ilegítimo, está completamente comprometido com os interesses do capital. O projeto está estruturado em torno de três pontos: (a) a supremacia do ne-

gociado sobre o legislado a princípio para um conjunto de aspectos das relações de trabalho; (b) a representação por local de trabalho com poderes para firmar acordos que possam flexibilizar direitos, incluindo a quitação de verbas trabalhistas; e (c) a contratação a tempo parcial e o trabalho terceirizado.

O parecer do referido Projeto de Lei foi divulgado pelo relator no dia 12 de abril de 2017, além de ampliar os aspectos das relações de trabalho que podem ser livremente negociados, propõem mudanças substantivas em mais de 200 itens da CLT, em uma completa inversão dos fatos. O relatório responsabiliza o que denomina de “excessos” da legislação pelo desemprego e pela informalidade e, com isso, reforça a individualização das relações de trabalho, o enfraquecimento dos sindicatos e da justiça do trabalho. Trata-se de um desmonte dos direitos sociais e das organizações sindicais e do próprio judiciário, uma vez que restringe o acesso dos trabalhadores por esse meio debilitando o nosso já frágil sistema de regulação do trabalho, além de prever que acordos por empresa se sobreponham a CLT e as convenções coletivas firmadas pelas categorias profissionais o projeto reforça os acordos individuais em aspectos centrais das relações de trabalho.

O DESMONTE DA CLT

Trata-se da agenda prioritária do capital, a reforma trabalhista, que, ainda em 2012, foi retomada pelo documento da Confederação Nacional da Indústria, CNI, “101 propostas para Modernização Trabalhista, publicado em 2012”, período que coincide com a perda de dinamismo da economia, especialmente da indústria. Em 2015, ao reeditar sua agenda anual, “Agenda legislativa da Indústria 2015”, a CNI deu ênfase a dois temas: o negociado sobre o legislado e a terceirização. No mesmo ano, o PMDB publicou o documento intitulado “Uma Ponte para o Futuro”, com destaque para a redução das políticas sociais e do trabalho.

A reforma trabalhista, embora faça parte da agenda permanente dos empresários, ganha maior relevância em contextos econômicos e políticos mais complexos, em que reformas estruturais são eleitas como a única alternativa para o capital movimentar-se livremente e retomar um novo ciclo de acumulação. Entre as reformas liberalizantes, a ênfase é dada à área do trabalho. O argumento usado é que há um excesso de direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 e na Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, de 1943, sendo afirmado que tal “excesso de rigidez” impede que a iniciativa privada realize os investimentos necessários para a retomada dos níveis de atividade econômica e do emprego.

As principais medidas contidas no relatório do projeto de reforma trabalhista e no projeto de terceirização aprovado pela Câmara federal individualizam as relações de trabalho e reduzem o grau de proteção social garantidos pela CLT e pelos instrumentos normativos, com isso, as empresas estarão livres para impor condições de pactuação que afetam os direitos constituídos impondo novas regras de contratação e realização do trabalho.

Elas enfatizam uma diferenciação que já está presente no mercado de trabalho, aprofundando e restringindo as possibilidades de mobilidade entre os setores mais protegidos e menos protegidos do mercado de trabalho, afetando principalmente as mulheres que tradicionalmente estão nos segmentos mais vulneráveis. A necessidade de mão de obra estável se aplica somente a certos tipos de trabalho, e onde os incentivos à estabilidade não são necessários, os salários permanecem baixos, a segurança no emprego não é garantida e as perspectivas de promoção são nulas. Com isso enfatiza-se a diferenciação entre os trabalhadores individualizando as relações de trabalho.

Trata-se de um conjunto de medidas que altera profundamente as relações de trabalho, retira direitos, intensifica a jornada e o ritmo de trabalho, expõe as pessoas a

condições de insegurança com forte impacto sobre a saúde e segurança no trabalho, ampliando o controle do capital sobre o trabalho.

O NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

O negociado sobre o legislado tem sua origem no segundo mandato do governo FHC (1998-2002), período em que várias medidas provisórias e projetos de lei propunham a flexibilização dos direitos dos trabalhadores com a justificativa de serem medidas essenciais para a geração de emprego. Um dos aspectos do PL nº 6.787/16 é justamente a prevalência do negociado sobre o legislado.

Essa concepção está expressa no documento “Uma Ponte para o futuro”, quando diz: “na área trabalhista, permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais, salvo quanto aos direitos básicos” (2015, p.19). Ou seja, a condição para a retomada do desenvolvimento são as reformas, entre elas, a alteração do artigo 618 da CLT.

O relatório reitera os aspectos das relações de trabalho que podem ser negociados pelos sindicatos previsto no projeto de Lei e propõe a sua ampliação, gerando três principais impactos: na jornada, no ritmo e na remuneração do trabalho. Amplia a jornada de trabalho diária para até 12 horas; institui banco de horas individual; intervalo intrajornada, com limite mínimo de 30 minutos; plano de cargos e salários; representação dos trabalhadores no local de trabalho; teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente; remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas; modalidade de registro da jornada de trabalho; troca do dia de feriado; cargos com cota de aprendiz; enquadramento do grau de insalubridade; prorrogação da jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes; prêmios de incentivos em bens ou serviços; pagamento mensal da participação nos lucros ou resultados.

São medidas que subordinam os interesses do trabalho à lógica do capital. Com isso, teremos o trabalho totalmente submisso e sem controle de jornada e de remuneração, dois aspectos fundamentais das relações de trabalho e, ao individualizar as relações promoverá maior fragmentação dentro do ambiente de trabalho rompendo os laços de solidariedade e de identidade de classe, fortalecendo a representação dos trabalhadores com poderes de negociação em contraposição aos próprios sindicatos, quando os interesses não coincidirem.

Portanto, o efeito destas medidas é retirar direitos e fragilizar a ação coletiva dos trabalhadores, enfraquecer as entidades sindicais através do fim do imposto sindical que, segundo o relatório, só poderá ser descontado do trabalhador que autorizar por escrito a contribuição. As propostas de alteração na sustentação financeira das entidades não têm o objetivo de fortalecer a representação dos trabalhadores, mas desestruturá-la para que não se constitua em uma força política capaz de reagir a retirada de direitos. A intenção é de enfraquecer os sindicatos para avançar na flexibilização e no desmonte social.

Nesse mesmo contexto, também se insere o projeto aprovado pela Câmara Federal que amplia a terceirização para todos os âmbitos e atividades produtivas. Além de ampliar a contratação temporária para quaisquer atividades e circunstâncias, alonga o prazo de vigência do contrato para até 270 dias. O projeto, inicialmente tratava somente do contrato temporário. Em 2002 o relator incluiu o trabalho terceirizado em que prevê a contratação de prestadora de serviços para executar todas as atividades da empresa, com isso, trabalhadores formalizados passarão a ser contratados através de cooperativas, PJS e MEI, rompendo os vínculos trabalhistas.

Os trabalhadores e as trabalhadoras submetidas à contratação através do contrato temporário já têm negado vários direitos como as estabilidades temporárias, o aviso prévio, a multa do FGTS e o seguro desemprego, além do acesso as férias. E com a aprovação da terceirização direitos serão rebaixa-

dos, o conceito de categoria profissional será substituído por prestadores de serviços, ou seja, é a desconstrução e desestruturação das categorias profissionais e das ocupações da forma como conhecemos hoje.

PORQUE ESSAS MEDIDAS NÃO SÃO CAPAZES DE GERAR EMPREGOS

Diferentemente do discurso modernizador defendido pelos setores empresariais, não há nenhuma possibilidade de que as Negociações Coletivas se fortaleçam com a aprovação do “negociado sobre o legislado”. No Brasil, ampla legislação regula as relações de trabalho, protegendo os trabalhadores com a garantia de direitos mínimos expressos na CLT e na Constituição de 1988. Os Acordos ou as Convenções Coletivas historicamente têm como objetivo elevar os patamares civilizatórios mínimos expressos na lei, ampliando a tela de proteção social, fortalecendo o instituto da negociação, a representação sindical e os próprios trabalhadores.

A possibilidade de renúncia a direitos pela via da flexibilização que a supremacia do negociado sobre o legislado pode significar, ao contrário do propalado pelos defensores da ideia, fragmenta a organização dos trabalhadores e a própria luta sindical. No limite, poderá haver acordos por empresa ou por pessoas em um contexto em que as práticas antissindicais, perseguição a dirigentes sindicais e desrespeito à organização sindical é uma realidade.

Portanto, o propósito é reduzir os trabalhadores a um contingente de baixa remuneração, disponíveis ao capital com jornadas flexíveis, remuneração instável e com direitos atingidos, romper os laços de solidariedade e o sentimento de pertencimento de classe, pulverizar a ação sindical com uma multiplicidade de instrumentos normativos que, no limite, poderão ser ajustados por empresas ou individualizados. Com implicações para os próprios fundos públicos, uma vez que a

2. Dados da PNAD/IBGE de 2014

tendência é de queda na arrecadação previdenciária com a disseminação de formas de contratação atípicas, contratação por meio de pessoa jurídica em que o recolhimento é facultativo.

Essas considerações fundamentam a conclusão de que a reforma trabalhista terá impacto direto nas receitas da seguridade social e o que é usado como pretexto para a desmonte da previdência se concretizará.

O DESMONTE DO SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL

Sob o argumento de que o sistema previdenciário é deficitário está em andamento um projeto de desmonte que se configura como o maior ataque aos direitos sociais. De todas as mudanças que a previdência já passou desde 1988, tanto para servidores públicos, quanto para os trabalhadores da iniciativa privada, urbanos e rurais, sem dúvida, essa é a mais perversa e atinge todas as pessoas, exceto os militares. Mas ela é especialmente cruel com parcela da sociedade, como as mulheres e os trabalhadores e as trabalhadoras rurais que, por suas especificidades, têm reconhecido desde a constituição de 1988 o direito a uma aposentadoria por tempo de contribuição e idade diferenciadas.

No caso das mulheres parte-se do reconhecimento de que por estarem submetidas a condições mais desfavoráveis no mercado de trabalho, por serem as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidados, as primeiras a serem atingidas pelo desemprego e a informalidade em tempos de crise, a diferenciação é uma questão de justiça, da mesma forma em relação aos trabalhadores e trabalhadoras rurais em que 70,2% das mulheres e 78,2% dos homens começaram a trabalhar antes dos 14 anos de idade e enfrentam condições de trabalho extremamente adversas².

Quando se trata das mulheres negras, as desigualdades são ainda mais destacadas. Embora representassem 51% das

trabalhadoras ocupadas em 2014, elas eram maioria entre os trabalhos mais precários: 54% das trabalhadoras sem registro; 66% no trabalho sem rendimentos e 66% do emprego doméstico sem carteira³.

3. Idem acima

Segundo a proposta, serão necessários 40 anos de trabalho com registro para assegurar a aposentadoria integral que, para os padrões brasileiros, é praticamente impossível porque significa ingressar no mercado de trabalho aos 16 anos e seguir sem interrupções até alcançar a idade mínima o que não condiz com a realidade brasileira em que o desemprego e a informalidade acompanham a trajetória laboral da classe trabalhadora. A falácia que os brasileiros se aposentam prematuramente não se sustenta quando confrontados com os dados de realidade. As idades médias na concessão de aposentadorias por idade e por tempo de contribuição aumentaram nestes últimos 20 anos, além disso, os dados têm revelado que mesmo depois da concessão as pessoas seguem trabalhando, visto que a aposentadoria auferida é incompatível com a manutenção de uma vida digna. A média dos benefícios para ambos os sexos em 2014 era de R\$ 1.659,90 o que representa em torno de 77,4% e 85,2% da remuneração na ativa para homens e mulheres, respectivamente.

No caso das mulheres, em que dois terços se aposentam por idade porque não alcançam o tempo de contribuição, os dados indicam que, em média, elas trabalham com registro por 22 anos considerando que a média anual com registro é de 9 meses ao ano, então são necessários quase 30 anos para se alcançar 22 anos de contribuição. Com isso cerca de 80% da população com 60 e 65 anos, pelas regras propostas, não teriam se aposentado porque não conseguiriam alcançar 25 anos de contribuição.

Nesse sentido, o projeto tem dois grandes objetivos: retardar ao máximo o período de aquisição da aposentadoria reduzindo os rendimentos médios do benefício, e desmontar uma das políticas mais bem-sucedidas de seguridade social

no mundo, condenando gerações inteiras a nunca ter acesso a aposentadoria e estimulando um sentimento entre os jovens de que não vale a pena contribuir para o sistema de seguridade social. Com isso, abre-se espaço para a proliferação de planos de previdência privada.

Outro aspecto do projeto é a desvinculação do salário mínimo do recebimento da aposentadoria, o que na prática significa que a correção dos benefícios da previdência ficará abaixo da correção do salário mínimo, com impacto principalmente na população rural, mas também na população urbana que recebe em média um salário mínimo. Atualmente, 49,3% dos beneficiários no Brasil recebem até 1 salário mínimo. As medidas apontam para uma acelerada retirada de direitos e para o empobrecimento da população mais vulnerável e uma forte reconcentração de renda e riqueza nas mãos do capital rentista, dos banqueiros e do grande capital.

A insensatez das medidas compromete profundamente o futuro do trabalho e o acesso à previdência pública. Conforme dados da ANFIP de 2014, 51% do financiamento da seguridade social advém da massa salarial. A reforma trabalhista e o PL da terceirização impõem novas formas de contratação que reduzem os rendimentos do trabalho, precariza as suas relações e compromete a própria contribuição previdenciária. Trata-se de contratos que carregam elevado grau de precariedade a exemplo dos contratos temporários, intermitentes, parciais e PJs com significativa queda na capacitação de arrecadação. Além disso, por se tratar de contratos precários haverá maior exposição a longos períodos de desemprego e retorno ao mercado de trabalho em condições mais desfavoráveis com salários menores desmotivando homens e mulheres pela falta de perspectiva de futuro.

Nessa perspectiva, se constituíram, em defesa dos direitos da classe trabalhadora, várias iniciativas importantes nos últimos anos a exemplo do FORUM contra a terceirização, formado por sindicatos, Centrais Sindicais, instituições do di-

reito do trabalho, acadêmicos e trabalhadores. Além disso, recentemente (2017) foi criado o Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social e tem como objetivo garantir os direitos fundamentais dos trabalhadores, com ênfase na defesa do direito ao trabalho e da previdência social, constituído por instituições públicas e privadas, Centrais Sindicais, Confederações, Federações, Sindicatos, associações, organizações nacionais e internacionais com atuação voltada para o campo legislativo.

Há muita resistência e capacidade de luta dos setores organizados da sociedade. As pressões sociais evidenciam a continuidade de um cenário de muita disputa e tensão para barrar esse desmonte. Em meio à ação persistente de forças sociais, afloram novas experiências de organização e de luta, através dos movimentos populares, de mulheres, de juventude, de moradia e sindical protagonizando formas de enfrentamento e luta frente a todas as medidas de retrocesso social, juntamente com setores e instituições progressistas da sociedade.

SEM A CUT O SUS NÃO SE SALVARÁ

RONALDO TEODORO

A centralidade do movimento sindical cutista para a construção da democracia brasileira é incontestável. Não há registro entre as democracias ocidentais de um campo sindical que tenha forjado um presidente da república, que além alcançar à reeleição tenha construído ainda uma sucessora, também reeleita. É impossível reconstruir a forma histórica que os governos petistas assumiram nos últimos anos sem levar em consideração a influência da agenda trabalhista da CUT, forjada em lutas que se delinearão muito claramente desde os fins dos anos 1970.

Na atualidade, a viva consciência de suas responsabilidades se faz ainda mais necessária ante o rigoroso inverno polar que insiste em ganhar forma no horizonte de nossas expectativas democráticas. Sem a força de mobilização e a nova legitimidade que só o movimento sindical organizado, com seu enraizamento e estrutura nacional, pode conferir à luta pela saúde pública, o SUS não poderá ser salvo da destruição

RONALDO TEODORO
Professor do Instituto de
Medicina Social da UERJ.
Seus temas de interesse são
teoria política, pensamento
político e social brasileiro,
relações de trabalho e
políticas de saúde pública
relacionada à reflexão que
envolve a formação dos
Estados de Bem-Estar Social.

da fúria privatista da contra-revolução neoliberal. Neste sentido, o exercício da crítica exige que ressaltemos antes os limites dessa caminhada trabalhista do que a alusão aos inúmeros acertos, que também poderiam ser destacados.

Assim compreendido, passemos ao centro do problema que ora nos interessa submeter à reflexão coletiva: em que medida se pode dizer que o comportamento corporativo sindical, precisamente no que diz respeito à reprodução da saúde do trabalhador, vem sustentando o dinamismo da mercantilização da saúde no Brasil, e desarticulando estruturalmente a implementação do SUS? Para evidenciar como e porque esse fenômeno político vem ocorrendo, dividimos nossa exposição em duas seções: num primeiro momento apresentaremos as evidências empíricas do vínculo entre a ação sindical e o mercado da saúde; em seguida situaremos as raízes do pragmatismo corporativo na tradição trabalhista brasileira, apontando sua incontornável contradição com o princípio universalista e público que consta na genealogia do Sistema Único de Saúde no Brasil (SUS). Por fim, apresentaremos alguns apontamentos que servem ao enfrentamento e superação desses desafios.

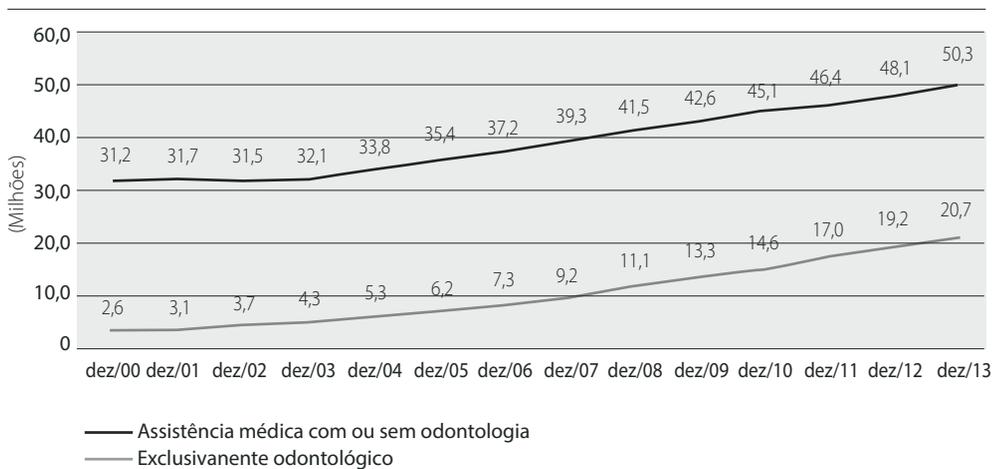
A AÇÃO SINDICAL E A ANATOMIA O MERCADO DE SAÚDE

A expansão do setor planos privados de saúde atinge atualmente 26,1% da população brasileira. No interior desse universo, que alcança mais de 50 milhões de brasileiros/as, 76,6% dos beneficiários se enquadram na modalidade de planos coletivos de saúde, dependendo, portanto, do seu vínculo com o mercado de trabalho.

Até 2014, os registros da ANS vêm indicando que o setor suplementar mantém uma trajetória gradativa de expansão, reafirmando-se como um significativo canal de acesso à saúde no Brasil. Com base no gráfico abaixo, constata-se que entre 2000 e 2014, 19,1 milhões de beneficiários foram in-

corporados à assistência privada, e, que, a partir de 2003 o dinamismo do setor supletivo inaugurou uma tendência regular de ascensão. Seguindo tais registros, observa-se que o número de dependentes do setor mercantil da saúde registraria um aumento de 62% no período (ANS – Informações em saúde suplementar, 2014). A partir de 2015, com o agravamento do período recessivo que se abate sobre a economia brasileira, expandindo exponencialmente a taxa de desemprego no país, a correlação entre o setor suplementar da saúde e as relações do trabalho confirma o seu caráter tácito.

Gráfico 1. Beneficiários de planos privados de saúde por cobertura assistencial do plano (Brasil, 2000-2013)



Fonte: SIB/ANS/MS 12/2013

É importante destacar que a expansão do setor mercantil da saúde assenta sua dinâmica não apenas entre os trabalhadores celetistas, mas também junto ao funcionalismo público, marcadamente aqueles situados na esfera federal. Neste sentido, deve-se acrescentar também os funcionários de bancos públicos e de empresas como os Correios e a Petrobras, além de fundações como a GEAP, que mantém convênio com 99 órgãos da esfera governamental, envolvendo ainda ministérios e universidades nas 27 unidades federativas.

1. Os dados do SAAC/DIEESE cobrem atualmente 225 unidades de negociação e 50 categorias sindicais, "tidas como paradigmáticas para as negociações coletivas em nível nacional, regional e setorial" (DIEESE, 2006). Considerada como a maior base de dados sobre negociações coletivas no Brasil, o sistema alcança 18 unidades da Federação, e serve, dentre outras coisas, para constatar que o momento decisivo do vínculo sindical com setor supletivo se dá nas "mesas de negociação coletiva".

Procurando comprovar que o setor mercantil da saúde no Brasil é fortemente dependente das relações de trabalho, é preciso observar que entre 2000 e 2014 houve um movimento comum de ascensão da formalização do trabalho e do número de beneficiários de planos coletivos no país. Neste período, a geração de 16,5 milhões de postos formais de trabalho resultou em uma média de 1,1 milhão de novos postos por ano. Esta informação é compatível com o deslocamento da taxa de 12,4% de desempregados em 2002, para uma média 5,5% nos últimos cinco anos da série (PME/IBGE, 2013). Contabilizando os planos de saúde exclusivamente coletivos, no mesmo período, os registros da ANS indicam, em termos líquidos, 30,2 milhões de novos vínculos ao setor supletivo, alcançando a média de 2,1 milhões por ano. Não por acaso, 62% das operadoras do mercado de planos privados de saúde tem sua sede em algum estado da região Sudeste do país, que concentra 50,8% dos postos de trabalho formal em nível de Brasil (Foco – Saúde Suplementar, mar/2014).

Uma vez que se pode constatar o movimento simultâneo entre a dinâmica das relações de trabalho e a vitalidade do setor privado de saúde, passemos à reflexão de porque esse processo não se explicaria sem a consideração das convenções e acordos coletivos de trabalho. Recorrendo ao Sistema de Acompanhamento das Contratações Coletivas do DIEESE (SACC/DIEESE)¹, no período de 1993 a 2012, as informações cedidas pela instituição registram que o volume de cláusulas de saúde negociada em acordos coletivos é absolutamente ascendente. Considerando a proporção de cláusulas negociadas entre os setores produtivos analisados encontra-se, no entanto, forte variação. Os registros do DIEESE nos permite afirmar que no caso da indústria a celebração da assistência privada manteve-se elevada e estável em todo o período destacado. Todavia, para os setores do Comércio e de Serviços, registra-se que a adesão a essa prática se deu por um aumento progressivo, su-

gerindo que a intensificação e a massificação dessa demanda tornou-se uma realidade, sobretudo, a partir de 2003.

A categoria de vínculos que a ação sindical estabelece com o mercado da saúde transcende, no entanto, a modalidade de planos coletivos. Em estudo formulado no âmbito do Departamento de Saúde coletiva da UFMG, constatamos que a negociação de auxílios e convênios de saúde assume inúmeras formas, como abonos para compra de medicamentos, serviços de óticas e exames laboratoriais, custeio parcial de aparelhos de ortodônticos, e o estabelecimento de auxílios de enfermagem - mediante o reembolso de despesas com dependentes portadores de necessidades especiais. A pulverização na modalidade desses vínculos indica que a qualidade e a integralidade da assistência definida nos acordos estabelecidos passam ao largo do controle sindical.

Como registrado por muitos estudos, a segregação de gênero e raça são eixos estruturantes da desigualdade social no Brasil, e o mercado de trabalho é particularmente sensível em reproduzir tais assimetrias. Neste sentido, torna-se passível de dedução que a assistência privada, em suas varias formas, está sendo dinamizada por uma realidade laboral segmentada, que não apenas traduz tais distorções, como se alimenta delas para se reproduzir.² Em outras palavras, o comportamento pragmático corporativo não apenas é incapaz de superar esse problema como é funcional ao aprofundamento dessas distorções.

RAÍZES DO CORPORATIVISMO E DESLEGITIMAÇÃO DO SUS

A primeira linguagem da tradição corporativa de direitos no Brasil foi estruturada na chamada “Era Vargas”. Objeto de forte crítica da consciência democrática brasileira que se formou nos estertores dos anos militares, pode-se dizer que essa herança social varguista formara-se em uma concepção “corporativa pública-estatal” de acesso a direitos. Na

2. Os rumores da proposta do atual ministério da saúde em viabilizar “planos de saúde populares”, fatalmente reproduziria esta lógica. Além de pressionar o orçamento das famílias mais pobres, tal assistência precária atingiria os setores mais vulneráveis do mercado de trabalho.

atualidade, instituições como o IPSEMG, o IPESP, e o IPERJ constituem os restos fósseis desse legado. Por um lado, não se enquadram na tradição universalista da Reforma Sanitária Brasileira, por outro, rejeitam o pagamento direto de serviços assistenciais ofertados no mercado.

No pós-64, com os militares, precisamente por meio do Decreto-Lei 200, de 1967, outra estrutura de direitos seria montada no país, constituindo o que aqui convencionalmente chamamos de “corporativismo privatista-mercantil”. Crítica à prestação direta de serviços por parte do Estado, essa concepção política forjou com a criação do INAMPS um mecanismo de compra de serviços assistenciais de hospitais e clínicas particulares, fomentando desde então a sedimentação da indústria da saúde no plano nacional.

Neste sentido, no que diz respeito ao tratamento da questão social no Brasil, é importante frisar que existem distinções qualitativas relevantes que demarcam a “Era Vargas” e os “governos militares”. Ou seja, o padrão de interação do Estado com a Sociedade se fez duas matrizes corporativas de estruturação de direitos: uma “corporativa pública-estatal”, e outra, posterior, “corporativa privada-mercantil”. A Reforma Sanitária Brasileira surge contrapondo-se a esses dois legados.

É sob o trauma do pós-64 que a consciência democrática que se formava assumia como fundamento básico uma plataforma social universalista e pública de direitos, rejeitando as formas corporativas de cidadania que então se constituíam enquanto camadas do processo histórico da formação sócio-institucional brasileira. Sob esta base normativa, a Reforma Sanitária Brasileira tomava para si a responsabilidade de refundar o Estado. Para tanto, tomava como necessário a descentralização do poder e a construção de mecanismo democrático-participativos em diversas instâncias do poder público. Ao campo sindical, por sua vez, sua inserção nas lutas pela redemocratização incidia centralmente na reconstituição de sua autenticidade e autonomia política, críticos, portanto, à legislação sindical ins-

crita na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Esse enfrentamento, que procurava superar o diferencial de poder entre o interesse patronal e as ações sindicais, abrigava a expectativa de construção de uma ordem social coletivamente compartilhada e simétrica de direitos e deveres.

Não é o caso aqui de adentrarmos na avaliação do caráter intermitente e descontínuo que marcou a relação entre sindicalistas e sanitaristas na Nova República. Todavia, como estamos procurando documentar, a carência de um vínculo orgânico e programático entre sindicalistas e sanitaristas, explica a própria reivindicação sistemática de planos coletivos privados de saúde na atualidade.

Em que pese os significativos esforços de integração da saúde do trabalhador no âmbito do SUS, por meio da elaboração e implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador/a, as evidências apontam que não se pode afirmar que exista uma consciência sanitarista plenamente desenvolvida e integrada à práxis sindicalista brasileira.

O argumento que estamos procurando formular para compreender essa condição funda-se em uma explicação histórico-estrutural das ideias políticas. Isto significa dizer que o comportamento político, o cálculo estratégico e a justificativa que organiza a ação dos atores no tempo presente, são mais bem compreendidos no longo processo de formação de suas identidades políticas. Neste sentido, causa inquietação ideológica identificar que nos centros mais dinâmicos da luta sindical nacional é onde o paraíso das operadoras de plano de saúde se mostra mais constituído.

Na literatura que aborda esse assunto, outras duas hipóteses são recorrentemente utilizadas para explicar essa situação: (i) por um lado, encontra-se a afirmação de que a expansão da assistência privada se daria em função do “interesse empresarial”, e não necessariamente a partir de uma demanda sindicalista. Esta afirmação assume ainda que os sindicatos não seriam fortes o suficiente para pautar essa agenda em negociações. A

segunda hipótese, por sua vez, compreende que a reivindicação sindical por planos de saúde se explicaria pelo próprio fracasso do SUS. Ou seja, o pragmatismo sindical seria o resultado de um cálculo estratégico, que se resolveria com a superação dos problemas verificados no sistema público.

No caso da primeira assertiva, cujo fundamento consiste na aceitação de que o campo patronal propõe a adesão aos planos de saúde como forma de combater o absentismo, implica, a bem da verdade, em assumir que estes seriam mais preocupados com a saúde dos trabalhadores/as do que os próprios sindicatos. Esta afirmação, além de polêmica, ignora as evidências empíricas das reivindicações sindicais, como vem sendo documentado pelo SACC/DIEESE. Entretanto, mesmo aceitando a premissa que ela comporta, é possível identificar evidências de que a contratação de um plano ou auxílio de saúde num dado momento de tempo é acompanhado, posteriormente, da luta sindical por melhorias incrementais à qualidade de tal assistência. Esse costuma ser, inclusive, o desejo de sua base de representação.

No caso da segunda hipótese, compreendemos que o argumento histórico revela que o vínculo sindical a um comportamento pragmático corporativo é anterior à formação do SUS. Consta que a base social trabalhista presente nas grandes cidades brasileiras, e organizadas sindicalmente, forjou suas expectativas de acesso à saúde a partir da sua formalização junto ao mercado de trabalho. Neste sentido, a fragilidade da base sindical organizada na luta pelo SUS e o seu conseqüente deslocamento rumo à reivindicação de assistência privada, interditaria a formação de uma ampla coalizão política pela saúde pública.

A título de exemplo, em dezembro de 2014, na primeira reunião das centrais sindicais com a reeleita presidente Dilma Rousseff, a CUT apresentava em sua pauta reivindicações como o fim do fator previdenciário, a manutenção da política de valorização do salário mínimo, a correção da tabela do imposto de renda, as reformas agrária, tributária, política e a

regulamentação dos meios de comunicação. A saúde pública não estava na agenda.³

Como estamos procurando documentar, a presença precária de uma consciência sanitária na formação do sindicalismo brasileiro é um dado histórico. Reforçando o que dissemos anteriormente, 76% dos planos de saúde no Brasil são coletivos, firmados em mesas de negociação, definindo o deslocamento de uma expressiva base social organizada pressionando por assistência privada. Ante esse diagnóstico, resta-nos problematizar duas questões: porque a expansão mercantilizada do acesso à saúde estaria ferindo mortalmente a sustentação do SUS, e porque o SUS deveria interessar aos trabalhadores e trabalhadoras.

3. Site consultado em 07 de maio de 2016: <http://www.cut.org.br/noticias/cut-reivindica-e-dilma-monta-mesa-de-negociacao-permanente-para-discutir-agenda-36a7/>

DUAS TESES SOBRE O SUS

Considerando apenas o ano de 2012, os subsídios e renúncias fiscais praticadas pelo governo federal para os setores sociais que possuíam planos de saúde, a cifra chegou a 7,7 bilhões de reais. No quadro abaixo, a nota técnica do IPEA, nº 5 de 2013, aponta o volume de recursos que o governo federal deixou de arrecadar entre 2000 e 2011, considerando a soma das declarações de IRPF e IRPJ, e a desoneração fiscal para a indústria farmacêutica e os hospitais filantrópicos:

Quadro 1: Gasto Tributário Saúde - 2003-2011 (Em R\$ milhões)

Ano	Gasto Tributário Saúde
2003	7.172
2004	8.819
2005	9.563
2006	12.453
2007	12.185
2008	13.770
2009	13.595
2010	14.422
2011	15.807

Fonte: Receita Federal do Brasil / Elaboração: DIEST- IPEA

4. Como se sabe, há relativo consenso de que os acidentes de trabalho no Brasil não apenas apresentam taxas expressivamente elevadas, como também existe uma preocupante subnotificação desses registros. Procedendo a uma compilação de estudos, autores apontam que o nível de subnotificação dos acidentes de trabalho no Brasil varia de 81,9% em Porta Alegre, para 76% no Paraná (LEE, 1990 apud SANTANA et. al., 2005). Já no caso de São Paulo, há estimativas que apontam taxas de 39% a 45% no extravio de informações (WALDVOGUEL, 2002 apud SANTANA et. al., 2005).

5. Dos 628 trabalhadores que sofreram acidentes laborais, apenas 4% dos tratamentos contou com a participação da empresa pagadora, ainda que 89% dos acidentados tenham sido enquadrados em casos "típicos" (em local de trabalho). Em 5,3% dos casos os trabalhadores(as) pagaram as próprias despesas. Como apontam estudiosos do campo, pesquisas sobre a utilização dos serviços do SUS decorrentes de acidentes de trabalho não são numerosos (SANTANA et. al., 2007).

Considerando o subfinanciamento do SUS, é preciso sublinhar que a renúncia fiscal em saúde inviabiliza o sistema. Como se pode observar no quadro, em 2011 os R\$ 16 bilhões praticados em renúncia fiscal, foi equivalente a 22,5% do gasto público federal em saúde, sendo que no ano de 2006 essa proporção alcançou nada menos que 30,5% (OCKÉ-REIS, 2013). Há algum tempo estudos sanitaristas apontar que cerca de 2% PIB são desviados da saúde pública para sustentar a reprodução o setor mercantil da saúde (UGÁ e MARQUES, 2008).

A reivindicação de planos de saúde em mesas de negociação e convenções coletivas revela ainda a frágil percepção da ineficiência da rede privada em garantir assistência integral em saúde do/as trabalhadores/as.⁴ Sobre esse aspecto, um dos poucos estudos que procurou captar a falha do setor privado no atendimento de emergência estimou que no ano de 2000, na cidade de Salvador, 71% dos acidentes de trabalho captados pela amostra tiveram acolhimento no SUS (SANTANA et. al., 2007). Os planos privados alcançaram apenas 15,1% dos casos investigados.⁵ Atestando o princípio da universalidade que funda o SUS, a pesquisa constatou ainda que a assistência prestada no sistema público se distribuiu entre trabalhadores formais (45,7%) e informais (54,3%). Abordando a mesma questão, os trabalhos de VILELA et. al. (2001) e CORDEIRO et. al. (2005), estimaram, respectivamente, para as cidades de Piracicaba (SP) e Botucatu (SP), que 59,7% e 80,7% dos agravos à saúde decorridos de relação laboral também foram encaminhados para receber atendimento médico no SUS.

Em uma pesquisa realizada por FACCHINI et. al. (2005), esses achados são corroborados, e o autor ainda chama a atenção para o fato de que a maior parte dos atendimentos de agravos laborais recai sobre o SUS, incluindo a ocupação de leitos e gastos com reabilitação profissional. No trabalho de SANTANA et. al. (2007), as informações do sistema de Autorização de Internação Hospitalar (AIH), que

capta os atendimentos de emergência, apontam que as interações tipificadas com essa natureza correspondem, em sua maior parte, aos agravos laborais, e que essas também compõem os maiores gastos do SUS.

Esse pequeno conjunto de pesquisas sugere a magnitude dos impactos que os acidentes de trabalho podem estar provocando na organização e no financiamento dos serviços da saúde pública, ainda que sejam trabalhadores do mercado formal e cobertos com planos privados de saúde.

A CUT E O FUTURO DO SUS

A consciência política dos limites do pragmatismo corporativo por parte do sindicalismo brasileiro é fundamental para a sobrevivência do SUS. Como procuramos documentar, a reprodução corporativa do acesso à saúde é a linguagem mais nociva e estranha ao universalismo e à gratuidade pretendida pelo SUS.

Compreendemos que o processo de massificação de planos de saúde via contrato de trabalho, não esgota a explicação dos efeitos negativos que a tradição corporativa de construção de direitos impõe sobre a formação da cidadania no Brasil. Outros aspectos que igualmente perpassam a organização da saúde pública e os interesses do mundo trabalho dizem respeito às elevadas taxas de acidentes de trabalho, e à debilidade na contenção do largo processo de subnotificação desses acidentes e agravos laborais. Compreendemos que os impactos da linguagem corporativa dificultam o regulação pública do processo produtivo, se alimentando da fissura de competências que marcam os ministérios da saúde, do trabalho e da previdência social. Mais do que uma distancia de suas rotinas institucionais, o drama dessa cisão expressa concepções distintas sobre a reafirmação comum do interesse público.

É um belo capítulo da história da saúde pública mundial, o papel pioneiro e decisivo que o socialista Beavan, en-

tão ministro da saúde da Inglaterra pelo partido trabalhista no imediato pós-guerra, teve na criação do National Health System (Sistema Nacional de Saúde). É uma inesquecível e comovente lição de consciência classista dos trabalhadores, capaz de enfrentar, derrotar e incluir a dura resistência privatista e corporativa da maioria dos médicos ingleses, dos políticos liberais e conservadores.

Não resta dúvida dos efeitos nocivos que se desdobram da fuga de base sindicall organizada de apoio político ao SUS. A superação da cisão histórica que ora identificamos, exigirá um amplo e permanente movimento de imersão na formação política do campo sindical.

REFERÊNCIAS:

FACCHINI, Luiz A.; NOBRE, Letícia C.; FARIA, Neice M.; FASSA, Ana C.; THUMÉ, Elaine; TOMASI, Elaine; SANTANA, Vilma. Sistema de In formação em Saúde do Tra b a l h a dor: desafios e perspectivas para o SUS. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10 (4): 857-867, 2005.

OCKÉ-REIS, Carlos Octávio. Mensuração dos Gastos Tributários: O Caso dos Planos de Saúde – 2003-2011. IPEA, nota técnica nº 5, 2013.

SANTANA, Vilma; NOBRE, Letícia; WALDVOGUEL, Bernadette C. Acidentes de trabalho no Brasil entre 1994 e 2004: uma revisão. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4): 841-855, 2005.

SANTOS, Ronaldo T. A autonomia sindical segundo os intelectuais: um debate incluso. *Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho*, n. 37, p. 299-316, 2012.

UGÁ, M. A. D., MARQUES, Rosa. O financiamento do SUS: trajetória, contexto e constrangimentos. In: NÍSIA T. LIMA; SILVIA GERCHMAN e FLAVIO C. EDLER (org.), *Saúde e Democracia: história e perspectivas do SUS*, Rio de Janeiro, Fiocruz, 2008.

BENSAID NA LEMBRANÇA DO MORO PARA UM MARXISMO REVOLUCIONÁRIO NO SÉCULO XXI

DA REDAÇÃO

Transcrevemos a palestra¹ que Miguel Romero (“Moro”, 1945-2014) fez na Universidade de Verão da organização Esquerda Anticapitalista² do Estado espanhol em 2010 em homenagem a Daniel Bensaid, quem recentemente tinha falecido (1946-2010). Muitos de nós, militantes da Democracia Socialista, conhecemos ambos entre os anos 1970 e 1980, quando Bensaid era dirigente da Liga Comunista Revolucionária (LCR) da França e Moro da LCR do Estado espanhol, ambas seções da IV Internacional.

Eles participaram não somente em atividades de solidariedade militante com as lutas antiditatoriais e com os processos revolucionários do nosso continente naquele período, mas também nas discussões sobre os dilemas estratégicos que atravessávamos como parte de um debate sobre a revolução em escala internacional, como era a tradição de pensamento de Rosa Luxemburg, Lenin, Trotsky e Che Guevara, isto é, dentro do campo político-ideológico que denominamos mar-

1. Disponível em http://www.dailymotion.com/video/xg7oip_por-un-comunismo-intempestivo-daniel-bensaid_news

2. A organização Esquerda Anticapitalista recentemente se transformou na corrente Anticapitalistas do partido Podemos, liderado por Pablo Iglesias.

xismo revolucionário do século XX.

Bensaid e Moro foram para nós dois interlocutores prioritários. Quando veio a *debacle* do socialismo *burocratizado* em finais dos anos 1980 e inícios da década seguinte, continuamos um diálogo frutífero para atualizar uma perspectiva revolucionária. As mais três décadas de diálogo e debate internacionalistas não se encerraram sequer quando tivemos fortes divergências sobre como deveríamos nos posicionar no governo Lula e no PT. Para nós, o marxismo revolucionário é necessariamente um marxismo vivo, plural e aberto às posições revolucionárias de cada tempo histórico.

Publicamos este documento, onde Moro homenageia Bensaid discutindo seu pensamento, não apenas como um reconhecimento a dois companheiros com os quais nos uniram muitos laços de militância, mas também pela importância da reflexão que traz para os desafios que enfrentamos *hoje*. Não há melhor homenagem a revolucionários, que continuar sua luta, nossa luta!

POR UM COMUNISMO INTEMPESTIVO: DANIEL BENSALD

MIGUEL ROMERO, MORO

Quando morreu Daniel Bensaid, um comentário que apareceu com muita frequência entre os amigos era de que ele era o melhor de todos nós. “Nós” significava as pessoas revolucionárias de 68, basicamente. E “o melhor” podia significar muitas coisas distintas, entre elas, é que ele foi capaz de escrever uma obra original e arriscada que muitos transitamos atrás dele e que nos permitiu compreender novos fenômenos da luta revolucionária de nossa época. Nenhum tema lhe foi alheio. Nada que tivesse a ver com o desenvolvimento do pensamento revolucionário ele evitou. E a qualidade de suas opiniões é equivalente a audácia dos problemas colocados. Da vontade de debater, de interpelar os clássicos e de colocar seus acordos e desacordos com seus contemporâneos, de sair e desprezar todas essas bobagens pós-modernas de rosários de perguntas sem respostas.

Eu queria aproveitar esse momento com vocês para convidá-los a ler Daniel, mas convidá-los para uma leitura

2. Revista que desde inícios dos anos 1990 e até seu falecimento dirigiu Moro, está online em <http://vientosur.info/>. Tal como Moro anunciou nessa palestra, foi criada uma página web que está compilando a obra do Bensaid, em <http://danielbensaid.org/>

3. Moro faz referência a Josep Maria Antentas, sociólogo e dirigente da organização, que nesse mesmo evento tinha feito uma introdução geral ao pensamento do Bensaid. Ver vídeo indicado na nota 1.

4. Em referência ao intelectual alemão Walter Benjamin (1892-1940). Bensaid escreveu, sobre sua obra, o livro *Walter Benjamin, sentinelle messianique* (Paris: Plon, 1990).

amistosa e próxima. Às vezes tenho a sensação de que, provavelmente, por carinho e respeito a ele, as pessoas o leem de joelhos sobre um reclinatório e essa é uma forma pouco *bensaidista* de ler Daniel Bensaid. Não se deve sentir nenhuma culpa se não gostar de algumas coisas porque ele era um polêmico muito bom, respeitava muito as opiniões alheias e, o sentido de sua obra é sua capacidade de interpelação, ou seja, de que ao ler nos surgem ideias. Ele nos apresenta algumas e outras vêm do debate ao qual ele nos propõe.

Alguns textos que são bastante difíceis de ler e, para além disso, há pouca tradução dos seus livros em castelhano. Porém, existem muitos artigos e entrevistas acessíveis, muitos deles estão em Viento Sur². (...) Sendo assim, eu queria convidá-los a ler seus textos e para isso, o que me pareceu que pode ser mais útil no ambiente desta Universidade é fazer algo que eu não sei se vai funcionar, mas que é fazer comentários muito breves – ao menos espero que sejam – sobre muitas coisas. (...) Eu preparei alguns comentários sobre onze pontos. Às vezes são questões laterais ou anedóticas desses pontos, mas vale destacar. Como Josep Maria³ apresentou muito bem o marco geral do pensamento de Daniel, acredito que falar dessas questões mais dispersas cairá bem. Então, vamos a eles.

O primeiro ponto, tratando-se de Daniel, tem que ser o possível, as brechas, a crítica da ditadura estúpida dos fatos, do sentido prosaico da realidade, da política do “isso é o que tem”, das relações de forças como desculpa para a capitulação frente aos que estejam no poder, ante a política dos que mandam. Diante disso, Daniel escreveu muito sobre a ideia de brecha e me parece que, talvez, há interpretações sobre como ele tratava o tema das brechas, do possível como algo real, um tanto messiânica digamos, um tanto *benjaminianas*⁴. Vendo uma política que se esgota na brecha, que busca o acontecimento e se detém diante dele, que se reduz a espera desse momento e a viver esse momento. E que, portanto, não tem uma perspectiva de construção e de organização e de políticas re-

volucionárias. Não é esse o pensamento de Daniel. Ele dedicou uma parte de sua obra para polemizar com essa ideia, que é algo que defende mais ou menos um filósofo com quem ele teve muitas polêmicas, que é Alain Badiou, a ideia da política reduzida ao acontecimento.

Desse modo, para Daniel, a política revolucionária se constrói antes da brecha e sem a brecha. Porém, faz falta ter uma organização sabendo que isso vai aparecer, que a revolução não aparece como produto de uma evolução natural dos acontecimentos, que há um momento da ruptura, mas só uma organização preparada para compreendê-lo será capaz de atuar nele. Então, há uma tensão na construção de uma organização revolucionária que procura e que aprende a procurar essas brechas. A experiência nos demonstra que em muitos momentos há ocasiões perdidas, em que houve a possibilidade de dar um salto adiante na construção da organização, no desenvolvimento dos movimentos antagônicos e não se utilizou. O partido que queremos construir deve ter capacidade para reconhecer essas oportunidades. A qualidade de um partido revolucionário para Daniel se baseava nessa capacidade, mas se baseava também em saber construir organização antes e sem as brechas.

O ponto número dois trata da militância. Faz muitos anos, acredito que em uma reunião da Quarta Internacional, Daniel contou de um encontro com uma pessoa que não conhecíamos pessoalmente, mas que sabíamos bastante sobre ele: o militante revolucionário polaco Modzelewski⁵. Um homem importante das lutas anti-burocráticas em 1968 no seu país. Ele havia perguntado a Modzelewski qual era a razão que tinha para ser militante e Modzelewski respondeu: *a lealdade para com os desconhecidos*. E quando nos contou daquele encontro, nós pensamos que aquelas palavras simples nos haviam feito descobrir o mundo. E que, efetivamente, a razão mais profunda de ser militante revolucionário é esse tipo de lealdade aos militantes que não conhecemos e que, talvez,

5. Se refere a Karol Modzelewski (1937) quem em 1964, junto com Jacek Kuron (1934-2004), então dois jovens comunistas poloneses, publicaram uma "Carta Aberta ao Partido Operário Unificado Polonês" (denominação do partido comunista governante) onde faziam uma crítica marxista à degeneração burocrática do regime, pelo que foram perseguidos e presos. Tem tradução em português com o título *Carta ao partido operário polaco: Polónia: contra o autoritarismo burocrático* (Porto: Manuel Amaral, 1971).

nunca conheceremos. O privilégio de ser militante de uma organização internacional tem muito a ver com isso, com saber que existem muitos desconhecidos em muitos países que podemos ou não encontrar e com os quais temos um forte compromisso de lealdade. De lealdade gratuita sem nada em troca, que não tem mais recompensa que a ação comum e que está muito distante do mercado de cumplicidade das concessões sectárias da militância. Ou seja, uma militância que é um encontro político, mas mais que isso. A discordância de tempos que esclarecia antes Josep Maria. Daniel dizia que havia um tempo para a política e que era muito importante, mas que havia outros tempos, o tempo dos sentimentos, da beleza e do pensamento. E acrescentava: o interessante é circular entre eles. E acrescento eu: o interessante e o divertido. Somos militantes porque gostamos.

O ponto número três é a herança. Falava deste tema antes também Josep Maria. Daniel criticava a ideia da herança como legado, doutrina, como algo construído, depositado em um baú. E dizia: a herança é o que fazem os herdeiros. Porém, em troca, a transmissão tinha um papel importante na construção de um projeto revolucionário. Por que tinha? A resposta de Daniel me parece que está cheia de conteúdo e vale a pena pensar sobre ela. Ele dizia: é importante porque permite recomeçar. A continuidade de um processo revolucionário não é uma continuidade linear. Baseia-se em cair e levantar-se, em voltar sobre as lições mal aprendidas, em procurar pontos de recomeço. Eu gosto de pensar, não sei se é verdade ou não, que na Esquerda Anticapitalista há recomeços da Liga Comunista Revolucionária. Recomeços. Recomeços significa que algumas coisas saíram mal, significa talvez utilizar algumas coisas interessantes de 1976, da luta anti-OTAN, do feminismo, não sei. Entretanto, o que pode haver de bom nessa transmissão não é algo que está depositado em documentos, mas está nesses pontos que nos convidam a recomeçar. Também na construção de uma Internacional futura, há algo de

recomeço. Espero que a Quarta Internacional seja um dos fios desse recomeço. Temos que ganhá-lo.

O ponto quatro é a luta de classes. Há uma anedota que Daniel gostava muito de repetir. Uma das maiores novelistas francesas é Marguerite Duras, uma figura enorme da literatura francesa e Daniel esteve escondido em sua casa quando, depois de 1968, veio a repressão. Um tipo de intelectual que não vemos por aqui, não é? Que são capazes de enfiar em sua casa um revolucionário perseguido. Marguerite era uma personalidade bastante particular, em um programa da televisão francesa, esses que têm audiência de milhões de telespectadores, o jornalista que a entrevistava uma vez perguntou: *para a senhora qual é o problema fundamental da sociedade que vive e que se dá pouca atenção?* E Marguerite Duras respondeu: *a luta de classes*. O jornalista disse: *perdão?* E Marguerite replicou: *a luta de classes, naturalmente*. Daniel gostava de dizer ironicamente que há muitos debates sobre se desapareceu ou não o proletariado, mas ninguém pensa que desapareceu a burguesia. Assim que aqui temos um problema. Há que se olhar de frente a realidade. A condição então da luta de classes em Daniel é algo diagonal, não é algo que hierarquiza os conflitos, é algo que conecta conflitos, que busca colocar em comum as diferentes resistências, rebeldias em relação a ordem estabelecida. Algo que situa o capital como algo unificador: nos colocamos de acordo, fazemos coisas em comum, porque temos um inimigo que afeta todos e que é muito poderoso. Somente poderemos derrotá-lo atuando conjuntamente. Esse fator unificador diante da fragmentação, da desagregação de nossa época, dos tribalismos, é a luta de classes. Estamos nas vésperas de uma greve geral⁶ e esperamos que sirva para voltar a ter papel central no país a questão social e a luta de classes. É importante que voltemos a ler nela seus aspectos diagonais, essas propostas, leituras, que permitem compreender aquilo que se compartilha diante desse inimigo que pode ser também um fator de unificação.

6. Referência à greve geral convocada para 29.9.2010 pelas centrais sindicais espanholas contra a reforma trabalhista impulsionada pelo governo do Partido Socialista Obrero Espanhol (PSOE).

O quinto ponto é a violência. Os revolucionários de 1968, por razões que tem a ver com a época, com a luta anticolonial, a luta contra o franquismo, o guevarismo, o Che Guevara, ... tínhamos uma fascinação pela violência. E esse fascínio nos impedia de problematizá-la. No máximo, víamos que havia uma diferença entre a violência minoritária e a violência de massas. Sobretudo na nossa corrente com a ideia de situar a estratégia sobre a base insurrecional colocava no centro um exercício de massas da violência e que havia poucos problemas com isso. A experiência posterior, dos anos 1980, a crítica e a autocritica das guerrilhas desses anos, a experiência de ver agir organizações militares, nos levou a formular que era muito problemático o exercício da violência e que também eram muito problemáticos aqueles processos revolucionários que depois se estabeleciam sob bases fortemente militarizadas. Depois houve um tempo em que não se tratou mais do tema. Não era mais um ponto central que fazia parte dos conteúdos profundos, das discussões estratégicas.

Porém, logo, a partir dos anos 2000, sob outras condições, voltamos a pensar e formular sobre o que pensávamos da violência porque se produziu um crescimento desmesurado de uma violência sistêmica e legitimada. Porque vivemos em países onde frente a atrocidades repressivas as pessoas olham para outro lado, lhes parece que está bem; o uso da tortura só choca quando seus agentes são fundamentalistas islâmicos. Quando temos aqui perto, os exércitos aparecem frente a sociedade como missionários da paz, a polícia se legitima em nome de consensos antiterroristas, a violência contra imigrantes acontece ao nosso lado e é parte da paisagem, se multiplicam os grupos de segurança privada e estamos acostumados a vê-los armados nos transportes, nas ruas, no futebol, no mercado, sem darmos muita importância. Denunciar esse processo de violência sistêmica aceita socialmente é muito importante, mas evidentemente não é suficiente.

Um dos últimos textos do Daniel aborda o tema da violência. Em algum dos textos anteriores, Daniel dizia que devíamos disciplinar e domesticar a violência. Bom, não estava muito claro o que colocava sobretudo porque apresentava como um dos exemplos de domesticação algumas artes marciais. Não tive mais ocasião de conversar sobre isso com ele. Para mim parecia um pouco estranho. Ele formulava uma crítica muito forte que tem a ver com discussões que tínhamos há um momento sobre a violência como espetáculo, que não tem carga subversiva. Ou seja, quando você planeja o exercício de ações violentas vinculadas a processos revolucionários, o que deve procurar é seu conteúdo subversivo. Fazer espetáculo com a violência é muito fácil, pode ser agradável, mas não introduz a perspectiva revolucionária. Porém, finalmente, o lema que ele propõe nesse artigo é politizar a violência. Bom, provavelmente é o que se deve fazer para poder criticar a violência produzida por outros, por outras organizações, quer dizer, a politização serve para entender bem e criticar o que falta e o que sobra em ações e organizações militaristas, porém, para incluir em um projeto nosso, para permitir dialogar ou tomar em consideração posições não violentas vinculadas a desobediência civil, não. Tenho a impressão que nisto temos um problema, um desses pontos nos quais Daniel conseguiu abrir uma porta, empurrá-la e ver no que tem atrás ficou como tarefa nossa.

O ponto seis diz respeito a política do oprimido. Uma boa parte de seu trabalho teórico esteve destinado a procurar recuperar e construir uma ideia da política alternativa à política estabelecida. E, claro, partiu de Marx, buscou ideias em Marx que dão algumas pistas. Lemas interessantes como, por exemplo, a política consistida na atividade concreta e em sua memória crítica. Está muito bom isso, não? Ou seja, a ideia de que a memória crítica daquilo que fazemos faz parte de nosso projeto político, parte necessária. Outras vezes, as formulações parecem mais ambíguas, por exemplo, diz que a po-

7. Referência ao partido português Bloco de Esquerda, resultado da convergência de várias correntes de esquerda.

lítica marxista é a política das conjunturas propícias e as decisões e os acontecimentos. Isso tem muito a ver com uma ideia de brecha, que se corresponde com limitar muito, acredito, a política revolucionária ao acontecimento que rompe o curso natural dos acontecimentos. Enfim, quando quis estabelecer uma definição da política do oprimido, disse o seguinte: aquela política dos que estão excluídos da esfera estatal, à qual o pensamento burguês reduz a política profissional. Não sei se esta fórmula é convincente. Pra mim parece que existe um risco em separar da política do oprimido os aspectos institucionais. Não acredito que se possa dizer que os oprimidos estão excluídos da esfera estatal em nosso tempo, em nossa época, agora. Não acho que sejam totalmente externos ao Estado, sobretudo porque a capacidade de influência, de pressão, de dominação dos Estados sobre eles segue sendo muito forte. Devemos incluir – no creio que essa seja uma ideia contrária ao proposto por Daniel – na política revolucionária o que fazer em relação ao mundo institucional. Dizem os colegas do Bloco⁷ que é preciso fazer guerras de movimentos às instituições. Essa é uma boa fórmula, mas não resolve muitos problemas. Na experiência política do Bloco há guerras de movimentos que funcionaram melhor que outras. A ideia de colocar o pensamento da política do oprimido sem considerar os problemas institucionais não me parece uma ideia muito convincente, temos que continuar trabalhando sobre ela.

O ponto sete é a estratégia. Cito a Daniel: “O pensamento estratégico não se limita a descrever a realidade efetiva, se não que se orienta a compreender seus pesadelos inconfessáveis, seus sonhos e desejos rejeitados. A explorar possibilidades, a liberar potencialidades”. É um texto muito *bensaidista* que rompe com qualquer concessão de descrição sociológica do campo de jogo do pensamento estratégico e pensa que inclusive em uma espécie de mar calmo, sempre há algo que foge e o sentido da estratégia revolucionária é buscá-lo. A estratégia é o campo do ensaio, da tentativa e erro. O campo

minado de incertezas e de dúvidas. O terreno onde podem funcionar, ele pensa, devem funcionar as hipóteses. Daniel era muito contrário aos modelos estratégicos, concepções fechadas da estratégia, mas, ao contrário, considerava imprescindível contar com hipóteses estratégicas embora, ao final, em seus últimos textos, distinguia entre o que chamava de hipóteses globais e hipóteses limitadas. E considerava com mais prudência a possibilidade de formular no nosso mundo grandes hipóteses estratégicas de conjunto. Parece, para mim, temos que caminhar com muito cuidado sobre o terreno das hipóteses estratégicas, sobretudo no que podemos chamar das hipóteses duras, fortes, o que significou em nosso passado a ideia da hipótese insurrecional. É diferente dos temas mais flexíveis do debate estratégico: a autogestão, os objetivos desmercantilizadores. Entretanto, acho que temos que ter cuidado em achar que sabemos mais do que realmente sabemos no campo da estratégia.

O ponto oito é a democracia partidária. É bastante habitual principalmente na experiência do movimento antiglobalização, de alguns setores, mas setores muito importantes, a ideia de que necessariamente a forma-partido é autoritária, antidemocrática, que impede o desenvolvimento da iniciativa de seus membros, etc. Frente a esse critério, Daniel com muita força e muita razão, propôs que o partido democrático é, ao contrário, o instrumento mais adequado para combater duas mazelas que ameaçam às organizações antagonistas de nossa época: a corrupção e a cooptação midiática. Nenhum instrumento melhor que um coletivo militante organizado democraticamente. Especialmente porque a alternativa, de fato, a este partido democrático, há formas alternativas autoritárias, que formulam críticas gerais a essa forma partido acabam formando estruturas de lobby mediante um consenso exigido que elimina o debate político, através de direções que são estruturas informais incontroláveis, mediante profissionais eternos que justificam sua eternidade porque dizem não exercer

poder. Isso não tem nada a ver com democracia. Nós podemos aspirar estruturas partidárias a construir uma organização que enfrente esses problemas e ao mesmo tempo seja capaz de resistir às pressões da corrupção e da cooptação midiática.

O ponto nove é a revolução. A revolução que é um horizonte, que é um projeto, que é um mito e que em nossa época parece ter perdido sentido por um uso comercial generalizado, pela banalização, até converter-se em algo desatualizado, inofensivo. No pensamento de Daniel, a reivindicação de um projeto revolucionário é, logicamente, fundamental. E isso está vinculado sobretudo a ideia de ruptura, radical, mas eu queria falar de outra parte da ideia de revolução, da qual se fala menos e que está na obra de Daniel. A liberação de tendências, aspirações, projetos que estão em nossa sociedade, mas estão submetidos, fechados, invisibilizados pelo capitalismo. Há uma formulação de Benjamin, que Daniel gostava de citar e que é muito bela, que diz que a revolução “desamaldiçoa” a cidade. Essa ideia de que a cidade e a sociedade estão amaldiçoadas pelo capitalismo e que está asfixiada, que há coisas que estão em ebulição de dentro dela e que vão em um sentido emancipador mas que não podem sair... Aí tem uma tarefa a realizar o projeto revolucionário. Enlaçando processos de resistência e de luta que estão dispersos e que não se conhecem entre si. Desamarrando, dizia ele, bloqueios com os quais tropeçam as lutas e aspirações sociais. Colocando, finalmente, que a força mais potente que pode impulsionar às pessoas a participar de processos revolucionários é a aspiração a viver radicalmente de outra maneira. Nesse ponto, pode haver uma conexão entre a maneira de definir o projeto revolucionário própria do Ocidente e contribuições dos movimentos indígenas, a ideia do “bem viver”.

O ponto dez é o comunismo. O último texto de Daniel, conforme recordava Josep Maria, é uma reivindicação do comunismo, bem, ele usa eco-comunismo. Isso dos prefixos não traz maiores complicações. Eu vou falar em comunis-

mo. Há aqui uma velha reivindicação. Nos anos 1968, 1970, quando nos chamavam de “troskos”, os trotskistas, nós respondíamos normalmente “*não, nós somos comunistas que não capitulamos ao stalinismo*”, de forma que o nome de nossos partidos era comunista, de alguma maneira estava colocada a palavra. Agora a palavra está corrompida pelo stalinismo, talvez hoje é incompreensível. Devemos recuperá-la? Correr o risco de reerguer um nome que será difícil de limpar da sujeira que lhe cobre? Daniel defendia que sim por duas razões. Por um lado, era a palavra que melhor expressava nossa aspiração a construir um projeto de sociedade sobre bens comuns. Por outro lado, dizia que finalmente o partido revolucionário era o que ele chamava de um comunismo de pensamento, uma forma de criar espaços comuns, compartilhados no terreno das ideias. Podemos considerar que o anticapitalismo é um bom nome político, mas é um nome provisório, normalmente o movimento operário tem se definido não pelo contra o que luta, em seus nomes, mas, de alguma maneira, a palavra que incorpora um certo projeto político. Possivelmente, a melhor palavra para definir nosso projeto seja comunismo, mas há outra possibilidade, atender a uma expressão que eu gosto muito de Jorge Reichmann⁸ que é *esperar até encontrar as palavras que digam o que não sabemos*.

O último ponto é sobre as dúvidas. Daniel e as dúvidas. Daniel formulando que o partido que queremos construir deve saber trabalhar na aspereza dos desmentidos da prática, nada menos. Sabia do que falava, porque dessas asperezas vivemos algumas. Apresentava a paixão da descrença. Nos recomendava prescindir das certezas, mas ao mesmo tempo, tínhamos que construir um compromisso sem certezas. E qual é o fundamento nessas condições de compromisso? Quais são nossas condições? Eu acho que na obra de Daniel existem fundamentalmente dois: o primeiro é a não reconciliação com o capitalismo, não temos nada em comum com ele. Nada ocorrerá que nos faça reconciliar com ele. Segundo é a

8. Jorge Reichmann Fernandez (1962), poeta e filósofo ecologista de esquerda espanhol.

rejeição radical do dogma de que o capitalismo não pode ser derrotado, de que nessa época já não pode haver alternativas ao capitalismo, de que a história terminou. A política prima sobre a história, dizia Benjamin, e Daniel repetia isso muitas vezes. Rechaçamos, então, completamente a ideia de que não há alternativa. Não sabemos muita coisa da alternativa, temos que aprender lentamente. O tempo da política revolucionária é desgraçadamente lento em nossa época. Haverá erros, avanços, que talvez sejam frágeis, derrotas, que podem ser duras. Será um caminho difícil, mas a convicção está na procura. Não há dúvidas, Daniel não tinha nenhuma e nós também não, de que existem caminhos para derrotar o capitalismo, para construir esse sonho de uma sociedade comunista. Existem e os encontraremos!

HISTÓRIA DO 08 DE MARÇO, DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES

NALU FARIA

Quando a Segunda Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague em 1910, decidiu pela realização de um dia internacional especialmente dedicado à luta das mulheres, nascia o principal dia de luta do movimento de mulheres no mundo. Retomar o sentido da comemoração do Dia Internacional das Mulheres é recuperar parte da história de luta das mulheres, de alguns dos seus debates mais importantes e do esforço das militantes socialistas para convencer suas organizações políticas da centralidade da luta pela libertação das mulheres. O direito ao voto era, então, bandeira central das mulheres em grande parte dos países no mundo. As militantes socialistas nos Estados Unidos já haviam organizado um dia de mobilização pelo voto em anos anteriores. Inspirado nesse exemplo, o movimento de mulheres socialistas aprovou a proposta de um dia de luta unificado internacionalmente.

NALU FARIA

Psicóloga, coordenadora-geral da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e integrante da Secretaria Nacional da Marcha Mundial das Mulheres. Coordenou várias publicações da SOF, como o boletim *Mulher e Saúde*, a coleção *Cadernos Sempreviva* e o boletim *Folha Feminista*.

1. Este artigo é uma edição resumida da introdução da edição brasileira do livro *As origens e comemoração do Dia Internacional da Mulher*, de Ana Isabel Álvarez González, publicado pela Editora Expressão Popular e Sempreviva Organização Feminista, em 2010, por ocasião dos cem anos da criação do Dia Internacional das Mulheres.

Em diversos países já existiam movimentos de mulheres por mudanças na legislação civil, em especial na regulamentação do casamento e do divórcio, pelo direito de frequentar escolas e exercer ofícios e profissões, de terem acesso à herança e aos bens da família, de participar de associações políticas e sindicais. Mas a reivindicação que mais se destacava e mobilizava especialmente as mulheres era o direito de voto, considerado um instrumento indispensável para que os demais direitos pudessem existir.

Formou-se, assim, um expressivo movimento em torno dessa reivindicação, um movimento sufragista que, com características e dinâmicas distintas, mobilizou mulheres em diferentes países, por um largo período. Esse mesmo período, as últimas décadas do século 19 e inícios do século 20, foi um momento de grande confronto de classes, com a organização do movimento socialista em diversos países. É no marco desses debates e conflitos que as militantes socialistas se organizaram, buscando formar um movimento forte, capaz de combinar a luta pela libertação das mulheres com a luta pela transformação global da sociedade, com argumentos – e força – para convencer os camaradas homens que a opressão das mulheres, sua permanência no estreito círculo da família e do trabalho doméstico, era uma força contrária às propostas de igualdade defendida pelo socialismo.

O direito de voto foi uma reivindicação central para as distintas correntes que se formaram na mobilização das mulheres. A discussão sobre as formas de luta e a construção de alianças provocava uma permanente tensão tanto nas correntes do movimento sufragista independente quanto entre as militantes socialistas. Alianças que pareciam tão óbvias entre setores oprimidos permaneciam sempre conflituosas e frágeis e, com frequência, se rompiam em prejuízo de seu elo mais fraco: as mulheres. Da mesma forma, no movimento socialista as militantes tiveram que dedicar parte importante de suas energias, e muitas vezes abrir mão de suas reivindicações, para

convencer os partidos de esquerda que valia a pena lutar pela igualdade para as mulheres. E nem sempre foram bem sucedidas. Nos textos de Alexandra Kollontai e Clara Zetkin de diferentes períodos entre 1906 e 1920, é insistente a argumentação de que a luta das mulheres, ao contrário de ameaçar a luta do proletariado, a reforça.

A história do Dia Internacional das Mulheres traz o debate da difícil construção da luta pela igualdade entre mulheres e homens no conjunto da esquerda, ao mesmo tempo em que mostra os limites da luta feminista quando não se insere na busca de transformações estruturais das relações sociais e econômicas. A opressão das mulheres não surge com a sociedade de classes, mas em todas as formações sociais homens e mulheres foram reinseridos segundo sua classe e a desigualdade entre mulheres e homens se remodela favorecendo a dominação masculina ao combinar as relações sociais de sexo (ou de gênero) com a dominação de classe. Hoje podemos perceber como a dominação e a opressão estão estruturadas sobre as relações de sexo, de raça e de classe². A luta das militantes feministas socialistas, com os distintos instrumentos teóricos e políticos da cada época, é marcada pelo esforço de construir as condições para uma transformação integral das relações sociais. Isso exige uma elaboração teórica e uma ação política que altere os estreitos limites com os quais a esquerda ainda enxerga a luta das mulheres.

A recuperação histórica do debate e das lutas no período em que se iniciou a celebração de um dia internacional de luta das mulheres nos estimula a refletir sobre as formulações e contribuições que o feminismo trará, posteriormente, para a análise marxista e os diferentes desafios da luta socialista. A partir dos anos 1960 e 1970, desenvolve-se um amplo debate no feminismo sobre o significado dos mecanismos de opressão das mulheres, das distintas formas de organização familiar e o papel do trabalho das mulheres em todas as sociedades e formações históricas. Aprofunda-se a compreensão da parti-

2. Daniele Kergoat. "Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais". Revista Novos Estudos Cebrap, n. 86, março 2010. p. 93-103.

3. A divisão sexual do trabalho e seu papel nas organizações das relações sociais e na economia têm sido tema central nas discussões apresentadas por Danièle Kergoat e Helena Hirata, e pode ser encontrada em diversos textos publicados no Brasil.

cularidade do capitalismo que, ao radicalizar a divisão entre público e privado, distancia produção e reprodução possibilitando uma redução do conceito de trabalho (ênfaticamente na elaboração marxista tradicional) que não reconhece o enorme volume de trabalho realizado pelas mulheres por detrás das relações mercantis propriamente ditas. Em particular a elaboração feminista sobre a divisão sexual do trabalho como estratégia integrante da exploração capitalista e como mecanismo que revalida as relações de poder e opressão entre mulheres e homens traz uma nova perspectiva para a análise da dominação capitalista³ e, também, das razões da permanência da chocante desigualdade entre mulheres e homens naquelas sociedades que tentaram romper com a desigualdade de classe. São questões que, sem dúvida, exigem elaboração muito além do que aqui se pretende abordar; de fato, são um pano de fundo permanente do debate que uma perspectiva feminista socialista cobra da esquerda.

Por outro lado, em grande medida devedora ou herdeira da ousadia teórica e política de militantes como Alexandra Kollontai, a chamada segunda onda do feminismo, após os anos 1960, coloca em destaque a proposta da autonomia das mulheres e a essencial igualdade também no âmbito das relações pessoais e no exercício da sexualidade. Com instrumentos teóricos e políticos inexistentes nas primeiras décadas do século 20, o feminismo retoma uma plataforma de igualdade nas relações pessoais, de crítica aos modelos tradicionais de família, da exigência da autonomia das mulheres, insistindo na importância do controle sobre a reprodução. Uma plataforma que em grandes linhas e com surpreendente radicalidade vemos presente em medidas tomadas pelos bolcheviques nos primeiros anos da Revolução Russa. Aliás, o que deveria nos chocar é perceber o quanto a esquerda se tornou conservadora nas décadas seguintes e o quanto esses debates se perderam na memória de grande parte dos militantes, homens e mulheres, até que o feminis-

mo viesse cobrar, novamente, a coerência da construção da igualdade entre mulheres e homens na proposta socialista.

Recuperar o histórico do Dia Internacional das Mulheres como parte da luta social, como inegável ponto de intersecção entre a luta das trabalhadoras, do movimento socialista e da luta feminista, evidencia o caráter político dessa comemoração. Ao mesmo tempo, retoma historicamente o esforço das militantes socialistas em construir uma dinâmica de organização e luta específica das mulheres. A história evidencia a resistência – e mesmo o rechaço – de setores do movimento socialista à perspectiva de organização das mulheres, alicerçada na recorrente incompreensão do direito das mulheres à igualdade no mundo público que era tema central naquele momento (ao trabalho e à participação política), contrastando com a realidade da sua presença no trabalho agrícola e no proletariado industrial, já fortemente marcado pela divisão sexual do trabalho. Em diversos setores e ramos de trabalho a presença das mulheres era mesmo majoritária. Difícil seria pensar na organização da luta revolucionária sem a participação das trabalhadoras.

No entanto, duas lógicas aparentemente contraditórias se complementam – o impulso para a presença das mulheres nas novas relações de trabalho mercantis e o reforço de seu lugar na família. A exploração capitalista não destrói a estrutura familiar, como inicialmente imaginaram os pensadores marxistas. E o movimento sindical, predominantemente masculino, apoiou e reforçou o papel da família operária e o lugar ideal das mulheres como donas de casa e mães de família. A contradição entre reivindicações de melhoria das condições de trabalho muitas vezes se apoiou na restrição ao direito das mulheres de trabalhar fora de casa. Essa dinâmica alimentou uma lógica de organização do mercado de trabalho, legitimada durante décadas, que considerava “natural” a demissão das mulheres ao se casarem, ou a existência de profissões consideradas “adequadas” ao padrão de feminilidade imposto. São

4. Ana Isabel Álvares González (2010) apresenta de forma detalhada a história de definição do Dia Internacional das Mulheres. A reconstituição desta história foi feita anteriormente e publicada com extensa documentação do período por Renée Côté em *La Journée internationale des femmes – ou les vrais faits et vrais dates des mystérieuses origines du 8 mars jusqu’ici embrouillées, truquées, oubliées: la clef des énigmes la vérité historique*, publicado em Quebec em 1984.

5. “Dia Internacional das Mulheres”, de Alexandra Kollontai. Publicado em 1920, por ocasião da comemoração do Dia. Publicado como anexo em González (2010), p. 192-202.

alguns dos mecanismos de controle da exploração dos trabalhadores em seu conjunto, e das mulheres em particular, que favorecem os trabalhadores do sexo masculino reforçando a desigualdade entre mulheres e homens.

Após sua aprovação na Segunda Conferência de Mulheres Socialistas em 1910, inspirada no *Woman’s Day* (Dia da Mulher) organizado pelas socialistas dos Estados Unidos, as comemorações de um dia internacional das mulheres organizadas pelas militantes socialistas ocorrem em dias diferentes a cada ano nos distintos países, sem a definição de um dia específico para sua realização entre os anos de 1911 e 1920. Foram as manifestações das mulheres na Rússia, no dia 8 de março de 1917 (dia 23 de fevereiro segundo o antigo calendário russo) que motivaram a escolha do dia 8 de março como a data comum para comemoração do Dia Internacional das Mulheres, alguns anos depois⁴. A confluência das comemorações do Dia Internacional das Mulheres com a greve das operárias têxteis e a revolta das mulheres com a escassez de alimentos foi o estopim da Revolução de Fevereiro de 1917 na Rússia. Um texto de Kollontai, publicado em 1920, descreve a mobilização das mulheres:⁵

Em 1917, no dia 8 de março (23 de fevereiro), no Dia das Mulheres Trabalhadoras, elas saíram corajosamente às ruas de Petrogrado. As mulheres – algumas eram trabalhadoras, algumas eram esposas de soldados – reivindicavam “Pão para nossos filhos” e “Retorno de nossos maridos das trincheiras”. Nesse momento decisivo, o protesto das mulheres trabalhadoras era tão ameaçador que mesmo as forças de segurança tsaristas não ousaram tomar as medidas usuais contra as rebeldes e observavam atônitas o mar turbulento da ira do povo. O Dia das Mulheres Trabalhadoras de 1917 tornou-se memorável na história. Nesse dia as mulheres russas ergueram a tocha da revolução proletária e incendiaram todo o mundo. A revolução de fevereiro se iniciou a partir desse dia.

Da mesma forma Trotski relata o início da revolução em *A história da Revolução Russa* (capítulo 7), enfatizando que as mobilizações das mulheres passaram por cima do receio das direções partidárias que consideravam que as condições para um movimento grevista não estavam dadas:

O dia 23 de fevereiro era o Dia Internacional da Mulher. Os círculos da social-democracia tencionavam festejá-lo segundo as normas tradicionais: reuniões, discursos, manifestos. Na véspera ainda ninguém poderia supor que o Dia da Mulher pudesse inaugurar a Revolução. Nenhuma organização preconizara greves para aquele dia. (...) Tal foi a linha de conduta preconizada pelo Comitê, nas vésperas do dia 23, e parecia ter sido aceita por todos. No dia seguinte, pela manhã, apesar de todas as determinações, as operárias têxteis de diversas fábricas abandonaram o trabalho e enviaram delegadas aos metalúrgicos, solicitando-lhes que apoiassem a greve. Foi “contra a vontade”, escreve Kayurov, que os bolcheviques entraram na greve, secundados pelos operários mencheviques e socialistas-revolucionários. Visto tratar-se de uma greve de massas, não havia outro remédio senão fazer com que todos descessem à rua e tomar a frente do movimento (...) ninguém, absolutamente ninguém – podemos afirmar categoricamente baseando-nos em todos os documentos consultados – supunha que o dia 23 de fevereiro marcaria o início de um assalto decisivo contra o absolutismo.

A mobilização das mulheres respondia a mais de uma motivação. E detonava a insatisfação exacerbada pelo longo período de opressão e de guerra. Como já mencionara Kollontai, para a mobilização das mulheres nas ruas confluíram as grevistas do setor têxtil, as imensas filas para a distribuição do pão, mulheres familiares dos soldados do exército – chamadas de *soldatki* – explodindo uma revolta acumulada contra a repressão do regime tsarista intensificada pela guerra. A revolta

6. Anteriormente ao livro de Ana Isabel Álvarez González (2010), a reconstrução da história do Dia Internacional das Mulheres foi feita e publicada com extensa documentação do período por Renée Côté em *La Journée internationale des femmes – ou les vrais faits et vrais dates des mystérieuses origines du 8 mars jusqu’ici embrouillés, truqués, oubliés: la clef des énigmes la vérité historique*, publicado em Quebec em 1984. E, pontualmente, em alguns trabalhos em outros países.

se estendeu por vários dias, ganhando, cada vez mais um caráter de greve geral e de luta política. O relato de Trotski pontua com detalhes a iniciativa das mulheres:

É evidente pois que a Revolução de Fevereiro foi iniciada pelos elementos de base, que ultrapassaram a resistência de suas próprias organizações revolucionárias, e que esta iniciativa foi tomada espontaneamente pela camada proletária mais explorada e oprimida que as demais – as operárias da indústria têxtil, entre as quais, deve-se supor, estavam incluídas numerosas mulheres casadas com soldados. O impulso decisivo originou-se das intermináveis esperas nas portas das padarias. O número de grevistas, mulheres e homens, orçou, neste dia, por volta dos 90 mil. (...) Uma multidão de mulheres, nem todas operárias, dirigiu-se à Duma Municipal, pedindo pão. Era o mesmo que pedir água a uma pedra. Em outras partes da cidade foram desfraldadas bandeiras vermelhas cujas inscrições atestavam que os trabalhadores exigiam pão, mas que também não queriam mais a autocracia nem a guerra. O Dia da Mulher foi bem sucedido, cheio de entusiasmo e sem vítimas. Anoitecera e nada revelava ainda o que esse dia trazia em suas entranhas.

Foi para lembrar a ação das mulheres na história da Revolução Russa que o Dia Internacional das Mulheres passou a ser comemorado de forma unificada no dia 8 de março. A decisão de unificação da data foi tomada na Conferência de Mulheres Comunistas, coincidindo com o Congresso da Terceira Internacional, realizado em Moscou, em 1921.⁶ Parte dessa história, entretanto, ficou esquecida durante vários anos. É verdade também que, em especial a partir da década de 1930, o estalinismo corrompeu o sentido de luta do 8 de Março, transformando-a durante longos anos em uma festa de exaltação da maternidade, em defesa da paz e da pátria soviética. O sentido de reivindicações das mulheres, de

construção da igualdade é deixado para trás, assim como foram destruídas várias das conquistas iniciadas com a Revolução de 1917.⁷

A recuperação da história do 8 de março, fortemente ligada à luta das mulheres socialistas, ao elucidar sua origem evidenciou, também, a permanente tensão das militantes para que as organizações e partidos da classe trabalhadora incorporassem as reivindicações das mulheres. Tensão que aponta para a necessidade de organização das mulheres no conjunto da esquerda e para a construção do movimento de mulheres.

A segunda onda do feminismo, tal como a primeira, teve um rápido processo de internacionalização e, a partir dos anos 1960, o Dia Internacional das Mulheres é retomado com destaque como uma data de luta do movimento. A existência de um dia comum tem um papel significativo de mobilização. A incorporação pela ONU do 8 de Março como data mundial contribuiu para essa retomada em larga escala, ao mesmo tempo em que também incentivou um viés institucional da comemoração.

Ao se tornar referência no mundo inteiro, o 8 de Março tem um importante papel na manutenção da identidade de um movimento amplo de mulheres e é um instrumento de mobilização e aglutinação das mulheres em torno da luta pela igualdade. Em um movimento tão amplo e disperso, que é característica do movimento de mulheres, a construção de um calendário de lutas pode ter um papel decisivo de mobilização e construção de uma identidade política, assim como a construção de símbolos, de dinâmicas próprias e o compartilhamento de uma história comum.

Após os anos 1980, os meios de comunicação, diversas instituições e empresas vêm tentando absorver o Dia Internacional das Mulheres e transformá-lo em mais um evento do mercado, um dia de flores, de homenagens, de presentes... e de reforço da feminilidade tradicional. Essa dinâmica nos anos 1990 e início dos anos 2000 incluiu, até mesmo,

7. Vários anos mais tarde, quando a data volta a ser comemorada mais amplamente, muitas versões se contaram, se confundiram, se criaram e os acontecimentos e motivações que deram origem ao Dia Internacional das Mulheres, ao 8 de Março, ficaram submersos. A mais difundida vinculava a origem da data a um incêndio que causou a morte de uma centena de operárias. Um incêndio que de fato existiu, acontecimento trágico e marcante na história do movimento operário dos Estados Unidos, mas cuja história não se vincula à proposição de um dia de luta das mulheres (até mesmo porque aconteceu depois da criação do dia internacional das mulheres) e, tampouco, à definição da data do dia 8 de março para sua comemoração. Ver González (2010); Côté (1984) e também Kollontai (1920).

um momento de investida antifeminista: jornais e revistas publicam artigos questionando se o feminismo ainda existia ou se ainda é necessário buscar a igualdade. Uma vez que “as mulheres já conquistaram tudo”, tratar-se-ia agora de combater os exageros feministas para que a mulher não perca a feminilidade.

Agora vivemos outro momento, pois houve um novo crescimento do feminismo, inclusive com a entrada de uma nova geração. Por um lado, temos aspectos muito positivos como, por exemplo, a retomada de uma visão de que vivemos uma sociedade patriarcal com relações profundamente desiguais. Trata-se, por outro lado, de uma dinâmica muito complexa onde existem vários riscos. Há um crescimento do feminismo inclusive para setores que não compõem movimentos políticos e lutas sociais. Há quem veja o feminismo apenas como um estilo de vida, em geral marcado por concepções extremamente liberais e centradas nas decisões individuais, sem uma perspectiva coletiva e social. Essa caracterização, mesmo que extremamente simplificadora, coloca o sentido e nuances do debate que exigem respostas mais elaboradas em particular pela esquerda.

Nessa dinâmica atual ocorre também um fortalecimento da referência do 8 de Março no mundo inteiro, que continua tendo importante papel em colocar na agenda mais ampla na sociedade a persistência da desigualdade e da opressão. Ao mesmo tempo, mobiliza as mulheres em diversos âmbitos para trazer à tona suas reivindicações e necessidades.

No Brasil, tornou-se parte do calendário de lutas do conjunto dos movimentos. Embora já haja um amplo reconhecimento do protagonismo das mulheres, há sempre uma tensão que exige esforço permanente dos setores feministas para isso. Manter uma dinâmica de luta, de mobilização e resistência, é sempre uma disputa política e depende do grau de organização e força das militantes feministas socialistas no movimento. Afinal, a perspectiva organizativa de qualquer

luta, o rumo de qualquer movimento são resultado de projetos políticos. Um 8 de Março militante é parte do projeto de construção de um movimento de mulheres forte, capaz de atuar em conjunto com outros movimentos sociais, aglutinando as militantes organizadas também nos movimentos e organizações sociais mistos, em torno de uma plataforma que articule a luta pela igualdade entre mulheres e homens com a luta pela transformação das relações de classe e de raça. Em síntese, trata-se de atuar para que uma perspectiva que integre a luta pela igualdade, anticapitalista, antirracista e antipatriarcal em eixo estruturador do movimento de mulheres, um movimento feminista e socialista.

Em 2017, o 8 de março, no Brasil, teve como marca a articulação entre a luta contra os retrocessos propostos pelo governo golpista com agendas permanentes da luta feminista. Em todo país estava o rechaço a reforma da previdência, a reivindicação pela descriminalização e legalização do aborto junto com a luta contra a violência patriarcal. Essa agenda estava inserida na luta contra o golpe, pela recuperação da democracia e de implementação um projeto que avance na construção da igualdade.

No ano em que celebramos os 100 anos da Revolução Russa é uma referência histórica que não pode ser esquecida o fato de a comemoração do Dia Internacional da Mulher estar vinculada à mobilização das mulheres russas que deu início à revolução, em 23 de fevereiro de 1917 (8 de março em nosso calendário). Esse é o lugar do 8 de Março na longa jornada das mulheres: reafirmar que sem socialismo não há feminismo, sem feminismo não há socialismo.

PROCURA-SE UM TOLSTÓI

GUILHERME CASSEL

Neste 2017 comemoraremos os 100 anos da Revolução de Outubro e se hoje alguém me pedisse um roteiro de leituras para entender todo o processo revolucionário russo, minha resposta seria simples e direta: comece por Tolstói; pelos contos, Guerra e Paz pode ficar para depois.

Nada de Lênin, Trotsky, Bukharin, Zinoviev ou Kamelev. Tolstói, ele antes de mais nada, para compreender a complexidade da Rússia do século XIX e início do século XX. Estão lá, nos contos escritos a partir de 1850, todos os elementos necessários para o bom leitor vislumbrar com clareza as nuances da Rússia da época: o ambiente econômico, as relações sociais, os personagens, os costumes, as asperezas do clima, as diferenças regionais, o humor ou a falta dele, as guerras e seus guerreiros, a vodka, a coragem e a covardia dos homens, os sonhos espremidos das mulheres. Estão lá naquelas páginas, a Rússia rural e a nova Rússia impactada pelo então recente e precário processo de urbanização e industrialização. Está tudo

GUILHERME CASSEL

É autor de "Contos de Solidão e Silêncios" (Ed. Bestiário – 2012) e "Jogo Jogado e Outras Histórias" (Ed. Libretos – 2016). Foi Ministro do Desenvolvimento Agrário (2005 – 2010) e é Auditor Fiscal, aposentado, da Secretaria da Fazenda RS.

lá. Em cada conto aparecem personagens simples, envolvidos em tramas cotidianos, às vezes nada singulares, mas representativos da “vida real” russa daquele período. Trata-se de uma leitura que possui a capacidade de nos transportar para um outro tempo e nos conectar com uma gente que com suas tradições e sua cultura foi capaz de, anos mais tarde, promover uma das mais generosas revoluções que a humanidade já foi capaz de realizar.

O impressionante nesses contos é que eles, em muitas vezes, nos parecem crônicas. Escorrem lentamente, sem grandes ações, como se os conflitos neles existentes funcionassem apenas como um pano de fundo para nos mostrar com clareza e profundidade a natureza dos homens e das mulheres de um determinado país em uma determinada época. Trata-se de uma leitura fluída, permeada de cores, odores, geografias, soques, alegrias e tristezas que aos poucos vão oferecendo ao leitor um panorama completo da sociedade russa da época. Depois de entrarmos em contato com esses homens e mulheres, com esses russos e russas descritos por Tolstói, de chegarmos mais perto das suas almas, fica muito mais fácil entender como este povo foi capaz de primeiro acabar o czarismo e, algumas décadas mais tarde, derrotar o exército nazista. Fica bem mais fácil compreender porque eles, os russos, foram capazes de sonhar tão alto.

A quem interessar, a *Cosac Naify* produziu anos atrás um pacote com três volumes de todos os contos de Tolstói. A tradução é de Rubens Figueiredo e os volumes contêm fotos lindíssimas de Serguei Mikháilovitch Prokúdin-Gorskii (1863-1944), considerado o pioneiro da fotografia em cores na Rússia. Ainda é possível adquirir o pacote em algumas livrarias. Se o leitor encontrar um deles, sugiro comprar de olhos fechados.

Hoje, olhando em retrospectiva – e possivelmente com o viés de quem se interessa por literatura a ponto de se dedicar a ela como escritor - fico pensando em como a obra de

Tolstói deve ter ajudado os revolucionários da época. Como deve ter sido importante para quem dirigia um movimento e disputava uma ideia de futuro para o país, dispor de uma literatura que alcançasse com infinita riqueza de detalhes todos os matizes de uma sociedade em franca transformação. Sempre penso em um Lênin com Marx na cabeça e Tolstói no coração. Aliás, ambos são contemporâneos. Se os contos de Tolstói foram escritos e publicados a partir de 1850, o *Manifesto Comunista* foi publicado em 1848 e *O Capital* teve a sua primeira publicação em 1867.

Tolstói faleceu em 1910 e não viveu a Revolução de Outubro, mas com certeza, os seus personagens estavam todos lá.

Corta para o Brasil, 2017 e uma sociedade dilacerada. Que falta nos faz um Tolstói!

Chega a ser angustiante a nossa incapacidade de apreender toda a diversidade da sociedade brasileira atual, de interpretá-la corretamente e buscar sentido para esse terremoto de acontecimentos que, ao mesmo tempo, nos escandaliza e paralisa. Difícil dissecar tantos personagens distintos surgidos em um tempo em que uma mídia oligopolizada distorce a realidade de minuto a minuto; onde a cada dia fica mais difícil saber o que é real e o que é apenas notícia.

Ainda não conhecemos com a nitidez necessária as cores e os odores, as alegrias e as tristezas, a covardia e a coragem dos homens e das mulheres que suportam, no tempo presente, este país tão desigual e, na maioria das vezes, tão incompreensível. E todos sabemos como isso é importante para construirmos um programa sólido de futuro. Registrar toda esta multiplicidade humana em um pano de fundo comum, parece ser uma tarefa que ainda está por ser escrita.

É claro que a literatura não substitui a política nem a sociologia. Mas pode ajudar. E muito, afinal a superação do presente e a construção do futuro terá de ser obra do gesto coletivo de homens e mulheres reais e para andar nessa direção é

preciso conhecê-los profundamente. Isso sim, pode ser tarefa e obra da boa literatura, como foi no caso russo.

Precisamos de uma literatura que nos aproxime mais dos evangélicos e dos traficantes; dos torcedores fanáticos e dos burocratas céticos; dos policiais e dos malandros; dos trabalhadores e dos desempregados; dos sem-terra e dos sem-teto; dos agricultores e dos operários; das donas de casa e das prostitutas; dos militantes e dos sem-causa; dos novos direitistas e dos velhos desiludidos. No nosso caso, é claro que sempre ajuda reler “Os Sertões”, “Grandes Sertões: Veredas” ou “O Tempo e o Vento”, para ficarmos só na literatura, mas os desafios de hoje pedem um esforço maior. Ainda é preciso descobrir e descrever uma enorme gama de personagens que estão por aí nas ruas, carregados de conflitos e complexidades, sem serem percebidos com a profundidade e a generosidade que merecem. Afinal de contas, se outros outubros chegarem, sem dúvida eles serão o resultado da soma da humanidade de cada um de nós.

Portanto, é urgente: procura-se um Tolstói.

Democracia Socialista

TENDÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

www.democraciasocialista.org.br